

-----ACTA N.º 8/2013 -----

SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FERREIRA
DO ZÊZERE AOS VINTE DIAS DO MÊS DE
DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE -----

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício dos Paços do Concelho, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de Luís Ribeiro Pereira, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Fábio Miguel Ferreira dos Santos e Isabel do Rosário Baptista, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

- 1.- Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do art.º 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 2.- Apreciação e votação das atas das reuniões anteriores; -----
- 3.- Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

- 1.- Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do art.º 49.º da Lei n.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

- 1.- Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do Município, conforme alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 2.-Apreciação e votação da proposta de aditamento ao contrato de cessão do direito

de uso da "casa do Adro", conforme alínea p) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

3.- Apreciação e votação da alteração aos estatutos da Resitejo - Associação de Gestão de Tratamento de Lixos do Médio Tejo, conforme alínea b) e c) do art.º 33.º conjugada com a alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

4.- Apreciação e votação do Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho para o ano de 2014, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

5.- Apreciação e votação das opções do plano e proposta de orçamento para 2014, conforme alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

6.- Apreciação e votação da proposta do Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere, conforme estabelecido no n.º 1 do art.º 79.º do decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua redação atual; -----

8.- Apreciação dos compromissos plurianuais efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2012 e 1 de novembro de 2013, conforme n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro; -----

Presenças: Distribuída e assinada a folha de assiduidade verificou-se a presença de vinte e dois membros da assembleia Municipal. Nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, compareceu a Sra. Isabel Maria Serra Costa Mendes, na sequência e em substituição do Dr. Aurélio da Conceição Nunes, que se encontrava ausente, de acordo com a sua comunicação de 17/12/2013. Tendo sido verificada a sua identidade e legitimidade, passou a integrar o plenário da Assembleia. -----

A Câmara Municipal fez-se representar pelo Presidente Dr. Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, e pelos Vereadores Eng.º Paulo Jorge Alcobia das Neves, Dr.

António Vicente Martins, Dr.^a Elisabete Matias Henriques e Dr. Hélio Antunes.
Abertura da Sessão: Eram vinte e uma horas e cinco minutos quando, verificada a existência de *quórum*, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Comunicação Social e Público em geral.
Período antes da ordem do dia. -----

Ponto 1.- Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do art.º 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

O eleito local Bruno Gomes, no uso da palavra, desejou boa noite a todos, referindo seguidamente que, sendo os convites feitos à Assembleia Municipal na pessoa do Sr. Presidente, lhe subsiste a dúvida se os membros da mesma ficam abrangidos. Referiu, a propósito, o convite para a inauguração da Capela do Lar de S. Martinho, onde gostaria de ter estado presente, pelo que caso o convite fosse extensível aos membros bastaria enviar um *email* a dar conhecimento do evento.
Terminou deixando este apontamento que considerou pertinente. -----

Ponto 2.- Apreciação e votação das atas das reuniões anteriores; -----

Não havendo intervenções sobre o tema, foram as atas colocadas a votação. A ata n.º 6/2013, relativa à primeira reunião de funcionamento da Assembleia Municipal realizada em 18 de outubro de dois mil e treze, foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor e uma abstenção da eleita local Sra. Isabel Mendes por não ter estado presente na reunião. A ata n.º 7/2013 da sessão extraordinária realizada no dia 1 de novembro de 2013 foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor e uma abstenção da eleita local Sra. Isabel Mendes por não ter estado presente na reunião.-----

Ponto 3.- Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ---A eleita local **Catarina Martins** referiu que, tendo recentemente sido atribuído à empresa Zêzerovo, no âmbito dos prémios agrícolas 2013, o prémio de melhor pequena e média empresa, a bancada do Partido Socialista decidiu propor, como reconhecimento do mérito e da importância que a empresa tem para o desenvolvimento da região e criação de postos de emprego, que a autarquia atribuisse uma menção de mérito à empresa Zêzerovo. -----

A proposta cujo texto se transcreve, foi lida em voz alta, para conhecimento de todos: -----

“Proposta. Menção de mérito. Partido Socialista de Ferreira do Zêzere, Assembleia Municipal de 20 de Dezembro de 2013. Recentemente foi atribuído à empresa Zêzerovo – por iniciativa do BPI, Correio da Manhã, Jornal de Negócios e com o patrocínio e apoio do Governo de Portugal e da Price Waterhouse Coopers – o prémio Agricultura 2013, que destaca os casos de mérito e sucesso no panorama nacional do setor em que se insere, tendo ainda colhido o título de melhor PME portuguesa do setor agrícola. Tendo em conta que a Zêzerovo é uma empresa de elevado prestígio do nosso Concelho, de incontornável importância no que concerne ao desenvolvimento e emprego na região, o Partido Socialista propõe que a Autarquia confira à Zêzerovo uma menção de mérito, como reconhecimento da capacidade de empreendedorismo e do talento da Administração, e do esforço de todos os seus colaboradores. A bancada do Partido Socialista de Ferreira do Zêzere.” -----

Colocada a proposta a apreciação e não havendo intervenções o Presidente da Assembleia, colocou a mesma a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal informou que foram apresentadas mais três propostas pela bancada do Partido Socialista. -----

Foi, a primeira proposta, lida em voz alta, para conhecimento do plenário, a qual se dá aqui por reproduzida: -----

“Proposta. Orçamento Participativo Jovem. Partido Socialista de Ferreira do Zêzere. Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2013. Por forma a incentivar a participação da juventude na gestão do orçamento Municipal, o Partido Socialista propõe que a Câmara Municipal disponibilize uma verba, cujo destino seja escolhido pela comunidade jovem. Esta proposta formaliza-se no pedido de criação de um orçamento participativo jovem para 2015. A criação do orçamento participativo é já uma realidade em vários Municípios do País, não só nos grandes como nos menores também. Alcochete, Batalha, Condeixa, Cascais, Faro, Guimarães, Lisboa, Marvão, Odivelas, Palmela, São Brás de Alportel, Serpa, Sesimbra, Viana do Castelo, entre outros, são exemplos de sucesso no âmbito desta temática. Pela boa aceitação e pelo apoio que tem recolhido junto da população, o Partido Socialista considera importante importar para o Concelho modelos de governação que entusiasmem a juventude local. Propomos que este processo se desenvolva nos seguintes moldes: 1. Discussão da verba associada a este movimento, tendo em conta, naturalmente, as restrições orçamentais a que está sujeita a Autarquia; 2. Recolha de propostas, apoiada e divulgada através de uma plataforma online criada para o efeito através de uma rede social acessível. Pretende-se que o meio de comunicação seja interativo e que possibilite a recolha de propostas que espelhem as necessidades e expectativas dos jovens Ferreirenses; 3. Apreciação e seleção, em Assembleia Municipal, das propostas recolhidas; 4. Votação dos projetos finalistas, através de voto online, pelos jovens Ferreirenses, e conseguinte apresentação de resultados; 5. Implementação do projeto/realização da obra. Vejamos esta proposta como um exercício de participação cívica com muito

potencial, pois a inclusão da juventude nos procedimentos políticos do nosso Concelho, no que respeita ao destino da verba pública, é de extrema importância. A bancada do Partido Socialista de Ferreira do Zêzere”. -----

O eleito local, Eduardo Mendes, no uso da palavra, desejou boa noite a todos e iniciou a sua intervenção achando interessante os sinais de vida demonstrados pelo Partido Socialista com a apresentação de propostas na Assembleia. No entanto e por uma questão de metodologia, gostaria de ter tempo de reflexão sobre a matéria, entendendo que se as propostas fossem entregues atempadamente, poderiam ter sido distribuídas como documento de trabalho, com possibilidade de uma melhor análise. Alegou, ainda, não perceber e gostaria de ser esclarecido sobre definição da verba, quem definia a verba, como se definia e qual a metodologia que se propunham para definir a verba. Outra dúvida que a proposta lhe suscitou, sendo a Assembleia Municipal um órgão que não tem a ver com a gestão mas sim com a análise da gestão municipal, como é que vai intervir na seleção de projetos. Terminou, com o desejo de ver as suas dúvidas esclarecidas, para, assim, ficar mais habilitado a poder votar em consciência.-----

O eleito local, Bruno Gomes, em resposta ao Dr. Eduardo Mendes, referiu que ao longo do tempo o Partido Socialista sempre apresentou algumas propostas, sendo evidente que os eleitos do Partido Socialista sempre tiveram alguma dificuldade e sentiram com desagrado a reprovação das mesmas. Acrescentou que esta proposta já tinha sido apresentada por si há algum tempo, não tendo sido aprovada, esperando que agora o seja. Nesse sentido, achou ser desnecessário repetir o que já foi dito, dizendo que o Partido Socialista sempre fez o trabalho que lhe compete, tem traçado o seu percurso, não lhe parecendo de bom tom começar a Assembleia Municipal a dar “*facadinhas*” no Partido Socialista. Finalizou a sua intervenção, reservando-se

para a eventualidade de ser necessário prestar mais esclarecimentos. -----

A eleita local, Sofia Miguel, no uso da palavra e dirigindo-se ao Dr. Eduardo Mendes, disse perceber perfeitamente as suas reticências em relação às propostas apresentadas naquele momento. Estava solidária porque sentiu o mesmo quando recebeu a documentação da Assembleia Municipal, que deveria ter analisado ao longo das últimas semanas, tendo-a recebido naquele dia para discutir um orçamento bastante importante, pois trata-se do orçamento para 2014. Portanto, em sua opinião, deve haver alguma contenção na apresentação das propostas e fazê-lo com a antecedência necessária para permitir a sua análise e votação correta. Em sua opinião este procedimento deveria ser adotado pela Câmara Municipal na distribuição de toda a documentação, por forma a permitir a defesa consciente dos orçamentos ou quaisquer outros assuntos que venham a ser discutidos em Assembleia Municipal. Em relação às perguntas lançadas, esclareceu tratar-se simplesmente de uma proposta do Partido Socialista, pretendendo-se com isso que, durante o ano de 2014, fosse feita uma análise com vista à preparação de um orçamento participativo em 2015. E, aproveitando o balanço da discussão do orçamento, achou pertinente começar a pensar-se na inclusão dos jovens de Ferreira do Zêzere, de uma vez por todas, nos processos de gestão de dinheiros públicos, não se pretendendo, com isso, dizer que eles irão passar a comandar os desígnios da Câmara Municipal, como será evidente. O que se propõe é que seja disponibilizada uma verba em função das restrições orçamentais a que o município está sujeito e às quais o Partido Socialista se mostra sensível. Não se está a pedir que fosse assim muito significativa pois, com certeza, não haverá cem mil euros para uma proposta daquela natureza mas se calhar arranjavam-se vinte. Se mesmo assim for difícil, fazia-se qualquer coisa com dois ou três mil euros, sendo, portanto, exequível incluir

os jovens. Era essa a dinâmica da proposta, a de inclusão dos jovens, fazendo-se um processo de seleção e fazê-los ouvir, o que face às novas tecnologias que estes dominam seria fácil, bastando para tal a criação de uma plataforma onde os mesmos pudessem lançar as suas ideias. Confessou, ainda, vir preparada com algumas propostas, que já tinham sido apresentadas noutros concelhos, tratando-se de um modelo já em aplicação com sucesso. Embora considere não ser oportuno estar a falar do que se passa noutros concelhos ou que talvez não seja a melhor altura para debater estas questões, tem a certeza que o sucesso alcançado noutras zonas do País podia ser replicado em Ferreira do Zêzere. Reiterou que lhe parecia natural pensar-se um pouco melhor na proposta, o que aceitava perfeitamente, conforme anteriormente explicado, mas que em sua opinião é perfeitamente exequível. Trata-se de uma pequena verba, decidida pela Câmara Municipal, que poderia ser discutida em Assembleia Municipal, não vendo razão para não se fazer e, por isso, também agradecia explicações sobre o assunto. -----

O Presidente da Assembleia Municipal considerou que a aprovação da moção talvez fosse errada porque é à Câmara Municipal, em primeira instância, que compete aprovar ou não o orçamento participativo e a verba a incluir nesse orçamento. -----

O eleito local Eduardo Mendes solicitou de novo o uso da palavra para esclarecer que não era candidato a nenhuma juventude socialista e, portanto, não tinha de estar a defender bandeiras para ficar bonito. Referiu que a bancada do Partido Social Democrata concorda com o orçamento participativo, estando disposta a colaborar, no sentido de recomendar à Câmara Municipal a execução do orçamento participativo, quer seja jovem ou não. Contrariamente ao referido, tinha de haver um orçamento participativo feminino, um orçamento participativo masculino, um

orçamento participativo sénior. Pedindo desculpas, considerou que nesta situação os jovens são cidadãos e, como tal, têm os seus canais de representação próprios, como têm os outros cidadãos. A levar em linha de conta a proposta, qualquer dia haverá a câmara dos jovens, a câmara dos menos jovens, as câmaras dos assim-assim e depois alguém tem de ser responsável e procurador das crianças que não têm direito a voto. -----

O eleito local Carlos Martins, no uso da palavra chamou a atenção para o facto de em cinco minutos, uma coisa simples, ter alcançado o consenso, havendo já a recomendação das duas bancadas para que o próximo orçamento seja participativo.

A eleita local Sofia Miguel retomou o uso da palavra, dizendo que o facto de defender a juventude não queria dizer que não defendesse, também, qualquer medida proposta a favor dos idosos, não tendo os jovens que se sentir ofendidos ou vice-versa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta de orçamento participativo jovem tinha sido retirada da ordem de trabalhos, colocando seguidamente a votação a recomendação à Câmara para que no próximo ano de 2015 seja elaborado um orçamento participativo, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor e uma abstenção do Dr. José Manuel Duarte. -----

Seguidamente, foi apresentada e lida em voz alta a segunda proposta do Partido Socialista que a seguir se transcreve: -----

“Proposta. Política de Proximidade. Partido Socialista de Ferreira do Zêzere. Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2013. Com o objetivo de aproximar os Municípes deste órgão solene, por forma a promover uma maior intervenção da comunidade na política Municipal, vem o Partido Socialista apresentar as seguintes propostas: Descentralizar as reuniões da Assembleia Municipal tentando que este

órgão reúna pelo menos uma vez em cada freguesia, nos próximos quatro anos; Transmissão em direto, online, das sessões da Assembleia Municipal e das reuniões públicas de Câmara, à semelhança do que já acontece em várias Câmaras do País, nomeadamente no Município da Figueira da Foz, recentemente considerada a mais transparente no “Ranking de transparência com os cidadãos”; Criação de um mural oficial da Assembleia na rede social facebook, tal como o da Câmara Municipal, onde se informe da agenda de reuniões, das deliberações tomadas, das posições dos partidos e grupos representantes, de eventuais declarações de voto e declarações políticas e que multiplique as possibilidades de interação da Assembleia, de cada um dos grupos nela representados e de cada deputado municipal com os cidadãos. A bancada do Partido Socialista de Ferreira do Zêzere.” -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou o uso da palavra, mencionando que, segundo pensa, ainda é ele o Presidente de Câmara pelo que situações da competência da Câmara devem ser deixadas para sua decisão. Segundo ouviu, propõe-se que as reuniões públicas da Câmara Municipal sejam transmitidas, o que, em seu entender, depende exclusivamente de deliberação desta, pelo que agradece que propostas destas não sejam apresentadas, dando liberdade à Câmara para em sede própria avaliar as situações e decidir em conformidade. Chamou, ainda, a atenção que a Câmara Municipal não está disponível para gastar um cêntimo do seu orçamento com estas propostas, considerando no entanto a Assembleia ou os seus membros autónomos para abdicarem do orçamento daquele órgão e afetá-lo se assim entenderem a estes projetos. -----

Face a estas alegações e após uma breve conversa, a bancada do Partido Socialista retirou a parte da proposta respeitante à Câmara Municipal. -----

O eleito local Bruno Gomes, no uso da palavra, alegou não perceber qual era o problema de se aprovar uma proposta do Partido Socialista, sentindo-se chateado com esta situação, bem como pelo facto de verificar que o orçamento prevê duzentos e dezoito mil euros para *software*. Não entende qual é o receio de mostrar a toda a gente o que se passa numa Assembleia Municipal ou numa reunião de Câmara pública, a não ser o facto de serem propostas do Partido Socialista, o que o deixa sentido. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, em resposta ao Sr. Bruno Gomes, disse que as pessoas só não vinham às reuniões da Assembleia Municipal porque não queriam, uma vez que as mesmas eram devidamente publicitadas, não tendo sido referido por ninguém nem estando em causa qualquer tipo de receio. -----

O eleito local José Manuel Duarte, dirigindo-se diretamente ao eleito local Bruno Gomes, referiu que, para aproximar as pessoas da política, não se pode estar com disparates, pedindo desculpa pela franqueza, mas que em primeira análise não cumpriam em cruzamento nem com a lei e nem com o regimento da Assembleia. Sendo franco, começava a ficar farto, também, de se estarem a discutir coisas sem nexos nenhuns para uma Assembleia, a fazerem-se propostas como se de uma coletividade de cultura e recreio, por quem tinha muito respeito e colaborava com muitas, se tratasse. Mas ali estavam na Assembleia Municipal, que trabalha, que tem uma esfera de competências própria e daí a razão da sua abstenção anteriormente. Recusou-se liminarmente a fazer recomendações à Câmara Municipal. Questionou, ainda, porque é que as propostas anteriormente apresentadas não tinham sido propostas pelos Vereadores em reunião de Câmara e porque é que, numa Assembleia Municipal sem competência para o ato, se estava a discutir uma proposta ferida de ilegalidade por incompetência, como se isto fosse a salvação do mundo. Percebia,

perfeitamente, que o Partido Socialista estava como o *Tântalo e o seu suplício*, que estava a morrer de sede e tinha o copo de água sempre junto aos lábios e cada vez que baixava a boca para beber água, a água baixava, sabendo, também, que o Partido Socialista tinha tido muitos votos e tinha estado muito perto ou pertíssimo mas que não se tivesse a pretensão de resolver o seu problema com estas propostas que não levam rigorosamente a lado nenhum. Confessou que respeitava a proposta, se esta tivesse sido apresentada pelos seus Vereadores em reunião de Câmara. Teria muito respeito se aí, sim, a Câmara decidisse dentro do órgão, aquilo para o qual tinha competência, não a Assembleia. A Assembleia não tem nada que estar a legislar para a Câmara Municipal. Alertou para que se olhasse bem para as competências da Assembleia Municipal e se verificasse como a discussão era absolutamente estéril. Referiu que era muito bonito para se discutir politicamente e propôs umas jornadas parlamentares, umas jornadas políticas no Centro Cultural onde cada um iria propor e apresentar as suas ideias. No entanto, naquele momento estavam num órgão que tinha atribuições muito específicas e não se poderiam esquecer disso. Sugeriu que, pelo menos quando as propostas viessem, para além de politicamente bem sustentadas, viessem, também, tecnicamente e principalmente juridicamente sustentadas. Mencionou o exemplo da sua abstenção porque não tinha ficado a saber nada. Tinha gostado muito de ouvir mas quando as pessoas dizem que seriam duzentos mil euros mas se não houvesse duzentos, 100 mil e quarenta mil e vinte mil, como é que se poderia comprometer a votar uma coisa daquelas. Em seu entender a proposta deveria ser concreta definindo exatamente o que se pretendia e, dessa forma, honestamente e sem medo, olhos nos olhos, dir-se-ia concordo, não concordo, estou de acordo, não estou de acordo. Admitiu que não lhe era simpático estar a fazer esta intervenção uma vez que podia parecer uma falta de respeito que,

claramente, não era, mas as pessoas iriam ficar na expectativa e, futuramente, chegariam à conclusão que a mesma não tinha pernas para andar. -----

O eleito local Bruno Gomes, usando de novo da palavra, alegou que todos queriam o melhor para o concelho, recordando que a Câmara Municipal tinha ficado em quarto lugar no ranking de maior transparência e que Figueira da Foz, classificada em primeiro lugar, fazia essas transmissões. A alegação de que estas coisas não valem absolutamente nada, deixa-o sentido, defendendo que não é a bancada do Partido Socialista que está a complicar as coisas, considerando, por exemplo, a última proposta de simples execução, uma vez que as Assembleias já são gravadas e inclusivamente a imprensa grava, também, alguns excertos que coloca *online*. Finalizou, dizendo não entender qual seria o receio, pois ninguém pretende complicar seja aquilo que for, estando disponível para discutir as propostas da melhor forma. -----

O Sr. Presidente da Assembleia, após algumas trocas de impressões, colocou a proposta a votação, ponto por ponto. -----

Ponto 1.- Descentralização das reuniões da Assembleia Municipal, reunindo pelo menos uma vez em cada freguesia nos próximos quatro anos. Aprovado por unanimidade. -----

Ponto 2 - Transmissão em direto, *online*, das sessões da Assembleia Municipal. Rejeitado com os votos contra da bancada do Partido Social Democrata. -----

Ponto 3 - Criação de um mural oficial da Assembleia Municipal na rede social *facebook*. Rejeitado com os votos contra da bancada do Partido Social Democrata. --

Por último foi apresentada e lida em voz alta a terceira proposta do Partido Socialista que a seguir se transcreve: -----

“Proposta. Comissão de acompanhamento de obra – Casa do Adro. Partido

Socialista de Ferreira do Zêzere. Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2013. Apesar de ter sido aprovada por unanimidade, na Assembleia Municipal de 11 de outubro de 2013, uma moção que visa a proteção do património associado à Casa do Adro, fundamentada pelo documento elaborado pelo Dr. Paulo Alcobia Neves, a opinião pública tem, ainda assim, feito notar as suas grandes preocupações em relação ao processo de requalificação da mesma. Porque entendemos que a Casa do Adro é um marco incontornável no Concelho, sem esquecer a marca que deixa na memória de todos os Ferreirenses, o Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal a constituição de uma comissão de acompanhamento de obra. Por uma questão de equidade e imparcialidade, sugerimos que a comissão de acompanhamento de obra seja composta por: Dr. Paulo Alcobia Neves; Técnico de Especialização da Câmara Municipal; Um elemento do PS; Um elemento do PSD. Naturalmente, que por imposições legais e de funcionamento de uma empreitada particular, a comissão proposta não se dispõe a fiscalizar a obra, mas sim a zelar pelo cumprimento da moção supracitada, aprovada em Assembleia Municipal, salvaguardando o património de interesse histórico; Reunir e tratar todas as informações abarcadas pela requalificação do imóvel, tendo em vista o conhecimento aprofundado da gestão da obra e dos procedimentos que daí advenham, no contexto de uma maior transparência da defesa do bem público; Trazer à discussão na Assembleia Municipal os assuntos de irrevogável pertinência para que sejam, se necessário for, discutidos e votados em conformidade; Articular um dispositivo de maior proximidade entre a população e a Câmara Municipal, dando resposta à comunidade no que respeita às incertezas que têm vindo a revelar. Partido Socialista de Ferreira do Zêzere.” -----

O eleito local Dr. Eduardo Mendes, no uso da palavra, começou por dizer que

conforme se acabou de ouvir ler e partindo do pressuposto que a proposta tinha sido aceite pela Mesa, porque senão não se estaria ainda a falar de uma moção, a qual, embora lhe parecesse bastante interessante, suscitou-lhe dúvidas, quanto ao seu seguimento que gostaria de ver esclarecidas por parte da bancada proponente, nomeadamente qual o dispositivo legal que rege a Assembleia que autoriza a criação da comissão. Depois qual o estatuto remuneratório de despesas dos membros dessa comissão e, finalmente, como é que se podia fazer desse trabalho, meritório sem dúvida, sem uma fiscalização *in situ*. E, a que título, nomeadamente para os efeitos legais de acidentes de trabalho, o empreiteiro iria deixar entrar essa comissão dentro da obra. -----

O eleito local Bruno Gomes, em resposta ao Dr. Eduardo Mendes, esclareceu que a proposta era no sentido de haver uma maior ligação entre a Assembleia Municipal e aquilo que se estava a passar na obra. Informou que, ele próprio, tinha falado com o Presidente de Câmara acerca da mesma. Verificou que na opinião pública existe um conjunto de contradições grandes, pois esta transmite uma ideia e a Câmara Municipal transmite outra, acabando por não se conhecer a realidade. Era esse o sentido da criação da comissão. Em sua opinião, uma das competências da Assembleia Municipal é o acompanhamento em tempo oportuno da atividade da Câmara Municipal em associações, federações, empresas, cooperativas, fundações, entidades, etc. Portanto, enveredar por discutir o regimento e o *sexo dos anjos* do regimento, levaria a uma discussão longa. Em sua opinião a Assembleia Municipal podia ter um conhecimento maior sobre o desenrolar da obra, sendo unicamente essa a pretensão da proposta. -----

O eleito local José Manuel Duarte acrescentou que a Câmara Municipal é a única entidade que responde perante a Assembleia e a quem se pode pedir

responsabilidades, por ser esta a entidade legal competente que as tem de assumir e tão só. -----

O eleito local Armando Alexandre solicitou o uso da palavra para esclarecer algumas situações, por ser ele o autor daquela proposta e por uma razão muito simples. Tem acompanhado no *facebook* o “*diz-que-diz*” nos últimos tempos, sendo a Assembleia Municipal acusada de muita coisa, nomeadamente de não ter fiscalizado a obra e outras coisas do género. Teve o cuidado de esclarecer a autora da maior parte das coisas que não compete à Assembleia Municipal fiscalizar obras particulares, quanto muito apenas pedir explicações à Câmara das obras da Câmara Municipal, cabendo na esfera de competências da Câmara a fiscalização destas obras. A ideia da comissão seria uma forma de se ficar entre o que se tem escrito e se irá escrever e que ou por falta de critérios ou por informação deturpada, cria na opinião pública uma ideia nem sempre consentânea com a realidade e a Câmara Municipal. Porque se de vez em quando essa comissão fosse à obra com consentimento do empreiteiro, achava que se ficaria mais esclarecido e poder-se-ia defender publicamente melhor o assunto para evitar o “*diz-que-diz*”, o qual se tem traduzido numa polémica diária. Concluindo a sua intervenção afirmou que a iniciativa da comissão era só essa. -----

A eleita local Sofia Miguel disse que o que lhe parecia que estava ali a acontecer e ninguém era indiferente àquela temática, certamente, era que se começava a dar mais importância àquilo que se escreve do que propriamente àquilo que está a ser feito, das ações propriamente ditas. Afirmou que ninguém lhe dissesse, quer as pessoas presentes quer os que não estão, que isto era um assunto desconfortável. Como Ferreirense, envergonha-se daquela situação. Aquilo tornou-se um assunto extremamente incómodo para toda a gente, vergonhoso até, independentemente de

que lado esteja a razão, pelo que urge por cobro à situação de uma vez por todas. Achava que aquilo era legítimo porque, também, se envergonhava da forma como o assunto andava a ser tratado. Ouviu o Dr. Eduardo Mendes falar de algumas questões, que gostaria, na medida do possível, poder responder-lhe. Obviamente, não podia responder a tudo porque não tinha as respostas para lhe dar, como ele, certamente, não teria para muitas das coisas que se andam a passar à volta da temática da Casa do Adro. Referiu, a propósito da questão da autorização da identificação e do seguro das pessoas para entrar na área da obra, que na proposta, tinham feito questão de escrever, realmente por imposição legal, que não se propunham fiscalizar rigorosamente nada pois isso não se poderia fazer. Esse papel ficaria por conta dos fiscais de obra, da direção técnica, sendo assim que funciona uma obra. E a lei foi feita para se cumprir, a lei e os termos legais da constituição de uma obra, sendo isso a natureza de uma empreitada, nada disso tendo a ver com a Assembleia. A proposta apresentada de criação de uma comissão para o acompanhamento da obra era uma tentativa para que de uma forma ou de outra se se pudesse entender e se pudesse dar explicações às muitas perguntas que vinham sendo feitas, às quais, também, não sabiam responder, o que gera controvérsia, tornado o assunto muito cansativo. Em relação à autorização de entrar numa obra, concordou que de facto era necessário existir autorização, podendo a Câmara Municipal fazê-lo, através do promotor, o que obrigaria a uma identificação, a um seguro de trabalho, um seguro de acidentes ou um seguro pontual para entradas, o que não faria qualquer sentido. Aquilo que se pretendia efetivamente era constituir uma comissão, que pudesse reunir com as pessoas habilitadas, com as pessoas que estão seguradas e identificadas para proceder a este tipo de fiscalização e poder de alguma forma dar resposta às dúvidas suscitadas diariamente, não só aos órgãos

camarários, mas também à oposição. Relativamente a honorários, desabafou que já lhe começava a criar alguma irritação de pele ouvir falar tanto em dinheiro. Saliu que não sabia o que se pensava em relação a isso mas os elementos que estavam propostos do Partido Socialista, propunham-se integrar a comissão gratuitamente. Afirmou que podia assumi-lo em nome da bancada Socialista e assim terminou. -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação tendo sido rejeitada com os votos contra da bancada do Partido Social Democrata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, apresentou seguidamente uma proposta a pedido do *staff* da Mesa da Assembleia, para que no presente mandato, **fosse deliberado aprovar todas as atas da Assembleia em minuta**, por forma a validar de imediato a eficácia das deliberações tomadas, sem o conseqüente atraso inerente até à aprovação final das mesmas. -----

Colocada a proposta a votação, foi aprovado por unanimidade. -----

O eleito local Bruno Gomes, solicitou de novo o uso da palavra para colocar algumas questões. Relativamente a uma notícia vinda a público através da imprensa, sobre a inclusão da Câmara Municipal na lista negra da DGAL, pretendeu saber qual a veracidade da mesma e a razão dessa situação. Soube, também, que recentemente alguns autarcas, advogados e assistentes do sector da Justiça do Médio Tejo se tinham reunido no sentido de perceberem o problema da reforma do mapa judicial, pelo que gostaria de saber se a Câmara Municipal tinha participado nessa reunião e quais as conclusões a que chegaram. Por último, solicitou informações sobre as indemnizações prometidas pelo Governo para minimizar os prejuízos tidos pelos Ferreirenses aquando da passagem do tornado. Informou também que ele próprio, bem como o Dr. Eduardo Mendes, já tinha participado em duas Assembleias da

CIMT, tendo a última sido para aprovação do orçamento. Aproveitou ainda o uso da palavra para perguntar à Câmara Municipal se tinha conhecimento do número de turistas que teriam entrado em Ferreira do Zêzere, pois era uma estatística que lhe interessava. -----

O Presidente da Câmara Municipal, respondendo às questões entretanto colocadas, lançou o repto ao Sr. Bruno Gomes, relativamente à lista negra da DGAL, a dizer em que é que isso contribuía de mau para a Câmara. Inclusivamente, achou estranho que a mesma não tivesse vindo a público antes das eleições, atendendo a que em agosto e setembro a Câmara já estava incluída nessa lista, o que denota alguma distração. Explicando a situação, referiu que, em termos práticos, não havia ali sanções para a Câmara, sendo que os fundos negativos são a relação entre as receitas e as despesas. Quando se têm fundos negativos, só quer dizer que está a entrar menos dinheiro do que sai. Quando se está num processo de ajustamento em todo o país, as Câmaras Municipais sofrem o reflexo direto disso e, com maior impacto ainda, aquelas que não aderiram ao PAEL. No entanto, considerou essa medida acertada, não pondo em causa os impostos municipais, pois senão os Ferreirenses estariam a pagar mais 40% de IMI. Atualmente, pratica-se a taxa mínima de 0,3 e, se se tivesse aderido, possivelmente ter-se-ia uma taxa de 0,5. Essa situação fez com que se tivesse de nivelar o orçamento, arrumar a casa sem fundos, sem empréstimos, sem nada. E cumpriu-se e pagou-se, o que obrigou a que, ao longo de todo o ano, se tivessem fundos negativos. Mas acrescentou que tinha más notícias, uma vez que em janeiro já haveria fundos positivos. Referiu, ainda, que apesar de ser um dos concelhos que estava na lista negra e que quem via isso pensava que devia ser um concelho muito mal gerido, podia dizer que até 30 de novembro, tinha-se baixado o passivo de curto prazo em um milhão e onze mil

euros, 37%, tinha-se baixado o passivo de médio-longo prazo em 406 mil euros, 6,57%, ou seja, tinha-se baixado o passivo na totalidade 15,17% num total de um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil euros. Admitiu que mais que isso era impossível. Alertou que, apesar dos fundos negativos, a 30 de dezembro de 2012, tinham um prazo médio de pagamentos de 60 dias, a 30 de setembro de 2013 tinham 48, e acreditava que a 31 de dezembro de 2013 se teria um pouco menos. Portanto, era o que menos o preocupava e, se havia alguém que devia estar preocupado com os fundos negativos, era ele próprio. Referiu que a Câmara continuou a ser bem gerida, conseguiu-se reduzir o passivo e conseguiu-se criar as condições para que em janeiro se tivesse fundos positivos e o mais engraçado era que se tinha conseguido fazer aquilo tudo em ano de eleições. Mencionou que, em relação à reforma judiciária, tinha havido, efetivamente, uma reunião em Abrantes, tinha tido conhecimento dela, apenas dois dias antes, muito em cima da hora, e o executivo já tinha coisas combinadas, todos os três estavam ocupados àquela hora, e não houve hipótese de estar presente. No entanto, mais uma vez seria “*chover no molhado*”, porque já tinha ido a tantas reuniões e o desenlace final será o mesmo, será aquilo que a Ministra e o Ministério quiserem. Os Presidentes de Câmara podem lutar e, com certeza, Ferreira do Zêzere, nessa área, tinha sido das Câmaras que mais barulho tinham feito. Também já o tinha dito ali, que, se calhar, por isso mesmo poderia sair a fava porque o próprio não tinha sido nada macio com a Ministra e às vezes, quando se é frontal, paga-se a fatura. Em relação ao tornado, disse que tinham correspondência trocada com o Governo desde o início, ainda com o Governo PS, depois logo que mudou o Governo, a 7 de outubro de 2011, a 23 de março de 2012, a 5 de julho de 2012, a 22 de novembro de 2012, depois em 19 de março de 2013 e a 25 de outubro de 2013. Confessou que havia respostas que considerava vergonhosas,

pois não se responde a uma Câmara daquela forma, apesar do Governo ser do seu partido. Pensa que é necessário tratar as Câmaras com outra dignidade, não tendo problema nenhum em afirmá-lo. Finalmente tinha recebido uma resposta, que dá alguma esperança, em que o gabinete do Sr. Primeiro-Ministro informou que tinha remetido o assunto para o Ministério da Agricultura e, que este já tinha reencaminhado o mesmo para o PRODER. Portanto, abre-se ali alguma luz, no que dizia respeito aos Ferreirenses poderem vir a ser ressarcidos mas o PRODER, como todos sabem, abarca um conjunto de candidaturas e isso poderá ser mais um motivo para algumas dores de cabeça. Portanto, nada melhor, do que haver um seguro para aquelas coisas porque quem tinha seguro recebeu rapidamente e quem não tinha arriscava-se a não receber nada. Quanto aos turistas, disse que também gostava de saber, quantos teriam entrado, mas infelizmente, não se tem hipótese de controlar isso, quanto muito poderia haver uma noção das pessoas que passaram pelo posto de turismo mas isso significaria uma ínfima parte. Há ainda algumas estatísticas de dormidas que também não correspondem à totalidade, pelo que não se possuem números fidedignos. Lembrou que anteriormente se recebia o chamado IVA turístico, que era calculado em função das dormidas mas isso também foi reformulado, o que leva a que neste momento, tirando grandes centros turísticos, não existam dados que permitam saber esses números, que em seu entender seriam muito úteis e aos quais também gostaria de ter acesso. Terminou, fazendo um pedido à Assembleia, para que antes da intervenção do público e uma vez que a Câmara era acusada, apesar de estar em quarto no índice de transparência, parecendo estranho que ainda hajam 304 atrás, e apesar desse índice de transparência só ser usado quando é importante sendo outras vezes subavaliado, fosse dada oportunidade à equipa projetista das alterações da Casa do Adro, que fez questão de convidar, de

apresentar o projeto das alterações introduzidas no projeto e resultantes do documento apresentado pelo Paulo Neves, que posteriormente foi transformado em moção. Em seu entender, algumas questões que neste momento estejam por esclarecer poderiam ficar esbatidas com a apresentação do projeto, pelo que solicitou e agradeceu ao arquiteto Pedro Mendonça e à sua equipa a disponibilidade que demonstraram para esta apresentação pública. -----

Intervenção do público. -----

Ponto 1.- Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do art.º 49.º da Lei n.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Aceite o repto do Sr. Presidente da Câmara, foi dada a palavra ao Arq.º Pedro Mendonça que iniciou a sua intervenção fazendo a sua apresentação e da sua equipa que ali se encontravam em representação da empresa InPlenitus, responsável pelo projeto de adaptação da Casa do Adro a hotel. Referiu, em primeiro lugar, que tinha aceitado com agrado o convite do Sr. Presidente para estar ali, a fim de poder esclarecer algumas dúvidas que existissem sobre a intervenção que estavam a fazer na Casa do Adro e para poder mostrar o projeto. Esclareceu, também, que o projeto tinha sido muito debatido quer na Câmara Municipal, quer em algumas reuniões com o Dr. Paulo Alcobia Neves, o que para a empresa tinha sido muito produtivo, pois tinham aprendido com todas essas reuniões e com o próprio documento que tinha estado na origem da moção, aprovada na Assembleia Municipal passada. Continuou, não podendo deixar de referenciar a total disponibilidade do promotor do empreendimento, que tinha sempre demonstrado total interesse na preservação da edificação existente, na manutenção dos elementos de exceção da edificação existente, que no fundo era o seu cliente. A transformação da Casa do Adro num hotel de quatro estrelas irá triplicar a área de construção existente, para cumprimento

integral da legislação, sendo que os projetos atualmente financiados pelo QREN têm de cumprir a legislação na íntegra, não se podendo cumprir a legislação só em algumas das partes, pelo que também este fator tem de ser considerado por todos. Seguidamente e passando ao projeto propriamente dito foi feita a sua apresentação detalhada através de vídeo-projeção, sempre acompanhada de explicações pormenorizadas das opções que foram tomadas e que nortearam a sua execução e que tinham sido em devido tempo discutidas com todos os intervenientes do processo, inclusive arquitetos locais. Mostrou-se orgulhoso do produto final a que se chegou depois de muita discussão, parecendo-lhe aquela uma boa opção. Terminando, agradeceu a oportunidade que lhe foi dada e mostrou-se disponível para discutir e esclarecer qualquer dúvida que pudesse existir. -----

O eleito local José Manuel Duarte interveio dizendo que em muitas obras recuperadas e, como tinha dito o Sr. Arquiteto e muito bem, a marca do tempo está presente, por terem sido recuperadas num século diferente e, portanto facilmente identificáveis os diferentes períodos do edifício. Haveria outras, contudo, onde se poderia dizer que levaram alguma maquilhagem mais barata, da loja chinesa, talvez e com um bocadinho de boa vontade, sempre se via uma coluna, uma escada ou outro pormenor. Neste caso em concreto, solicitou ao Sr. Arquiteto, a sua opinião no sentido de saber se uma pessoa ao entrar lá, conseguiria ver a Casa do Adro, conseguiria ver o contraste de duas leituras completamente diferentes do edifício. Se iria haver essa perceção ou seria de difícil identificação. -----

O Arq.º Pedro Mendonça, respondendo à questão colocada, mencionou que iriam ter a presença da história, que iriam estar na presença da história, de elementos da Casa do Adro originais, mas ter-se-ia essa presença, também, intensa da modernidade que não destruiria nem ocuparia o espaço que era dado à história, mas

que com ela criaria um diálogo. Afirmou que as boas obras de arquitetura e de coragem era isso que faziam. As obras acanhadas, as obras receosas não faziam isso. Mas sim isso que tinha dito, acabavam por criar um todo de difícil leitura, um todo que não se conseguiria compreender e isso é que era desvirtuar a história, era desvirtuar a construção existente, era criar uma ampliação que com ela se confundia, criando dificuldades ao observador para fazer a leitura correta da história. E isso, eles não faziam e não lhes tinha sido pedido nem pela Câmara, nem pelo investidor. Não teriam feito isso, de maneira que estavam perante uma intervenção de coragem, de uma intervenção feliz. Era essa a sua opinião. -----

O eleito local José Manuel Duarte questionou, de novo, quanto à parte nova, qual era o tipo de materiais e qual teria sido a lógica que presidiu a essa nova criatividade. -----

O Arq.º Pedro Mendonça alegou que, quando se cria um objeto novo, para além de um conjunto grande de regulamentos, caixilharias, rolamentos subtérmicos, havia essas questões da climatização dos edifícios, bem como a questão da segurança contra incêndios. Referiu que quem fez a legislação pensava que os edifícios estavam sempre a arder, de maneira que se tinham de defender permanentemente do fogo e isso condicionava um pouco as opções e algumas das opções de materiais. Assim, ter-se-ia um espaço onde se iriam utilizar alguns materiais em ferro e esses materiais em ferro eram um dos materiais mais utilizados quando se tratava de intervenções no património. Eram os materiais que melhor dialogavam com o património, ou seja, procuraram ali, apesar da modernidade dos elementos novos, que esses elementos fossem elementos que dialogassem de forma intensa com os elementos existentes e com os elementos ditos patrimoniais, de maneira que acreditava que estariam perante uma intervenção forte como tinha dito mas que

criaria esse diálogo. -----

A eleita local Sofia Miguel, no uso da palavra, disse que as suas perguntas vinham, também, no sentido daquelas que já tinham sido feitas. Mas, no entanto, gostaria de aprofundar um pouco mais essas questões. Portanto e como a obra já estava a decorrer, existe um caderno de encargos, um projeto de execução relativo à obra onde as coisas estão totalmente definidas ao nível dos acabamentos, ao nível da térmica, da questão de todos os outros projetos mais técnicos, mais específicos que envolviam uma construção daquela natureza. Referiu que ouviu com atenção a temática dos materiais, que tinham sido definidos para que não chocassem mas que, sim, dialogassem com aquilo que já estava edificado, pelo que questionou o que estava previsto nas fachadas. -----

O Arq.º Pedro Mendonça, em resposta, esclareceu que seria uma guarda em ferro. Aquele elemento era uma “chapa” de ferro, que seria pintado numa cor cinza escura para se destacar objetivamente da construção existente. -----

A eleita local Sofia Miguel, continuando a sua exposição e já tendo percebido pelas palavras anteriores do arquiteto, aquando da apresentação do projeto, que gostaria de manter muitas das coisas que lá estavam patentes, escadas, revestimentos em azulejo, etc., questionou quais seriam os acabamentos previstos, para fazerem ligação com esses que se iriam manter. -----

O Arq.º Pedro Mendonça, esclarecendo a questão anterior, disse que na construção existente, manter-se-iam os azulejos, os quais iriam ser repostos em grande parte. A utilização de madeiras, como era óbvio, nos pavimentos, era o material preferencial que iriam colocar e depois ter-se-ia um ambiente normal, tão normal como aquele que já lá existia. As paredes acabadas com pintura rebocada, estanhadas e pintadas de branco, eram os acabamentos normais que já lá existiam e que se iriam ter por

toda a obra. Ou seja, ter-se-ia, também, a introdução no exterior, como tinha dito, daqueles elementos de maior plasticidade, elementos em ferro que iriam ter outra função. Mas o ambiente interior seria um ambiente muito próximo daquele que já lá existia. -----

O eleito local Eduardo Mendes, no uso da palavra, começou por agradecer ao Sr. Arquiteto por se ter disponibilizado e pelo esclarecimento que tinha prestado num processo que, conforme anteriormente, tinha dito à bancada do Partido Socialista, a sua bancada também gostaria de ver esclarecido. Afirmou que aquilo era um processo onde tinham estado envolvidos mais sentimentos que conhecimentos, porque uns tinham nascido lá, outros gostavam de ter lá nascido. Pensava que já se tinham esquecido que aquilo era de uns inquisidores que deveriam ser muito boas pessoas, que nunca tinham mandado arrancar unhas a ninguém, e por isso até teriam uns túneis de fuga. Não era nada, era a garrafeira, pedindo desculpa. Mas era um país onde aquilo não era novo, vivia-se num país onde se ensinava que os castelos eram aquilo que se lá encontrava. Ninguém tinha dito mas se fossem à revista *Monumentos*, por exemplo, que com certeza conheciam, um elemento de referência sobre coisas antigas e a sua recuperação, ir-se-ia ver que eles tinham sido construídos na grande maioria por volta dos anos 1940 para ocupar a mão-de-obra durante a crise da guerra com o dinheirito do volfrâmio. Referiu que se tinha um país onde o emblema de uma das suas vilas mais visitadas, pensava mesmo a mais visitada por turistas, que é Sintra, tinha como emblema duas chaminés, que eram dois tremendos mamarrachos do ponto de vista estético, na opinião de alguns. Num palácio que não tinha nenhuma estrutura contínua, começava uma, acabava outra, subiam-se três degraus, virava-se uma esquina. Contudo, era o monumento mais visitado de Sintra, e era o Palácio da Vila. Depois tinha-se um grande monumento,

que também era símbolo nacional, todos o conheciam, e que, atualmente, era de certeza chumbado pelo primeiro arquiteto paisagista por cortar a leitura do Vale de Alcântara, estando a falar do Aqueduto das Águas Livres. E pedia desculpa se tinha deturpado alguma coisa do pensamento que ouviu, mas pensava que as coisas tinham de ser marcadas no tempo em que eram feitas. Porque se se olhasse para a fachada da Sé de Lisboa, aquilo parecia que era, e aquilo não era nada assim. No tempo de Salazar, tinham construído aquilo assim e assim ficou. E como aquelas, existiam muitas outras. Voltava a dizer para visitarem o *site* da *Monumentos*, que tinha lá muita coisa gira, até algumas bem perto, a Igreja da Golegã, o Convento de Cristo de Tomar. Portanto, terminou felicitando o Sr. Arquiteto por isso. E, sobretudo, felicitou-o por ter falado em termos técnicos, mas perfeitamente acessíveis e concisos. Era evidente, como tinha dito, se houvesse cem arquitetos, haveria cem projetos e se houvesse as cabeças pensantes de todos os Ferreirenses, cada um ainda teria mais uma coisa a dizer e a acrescentar. Haveria muitos pormenores e tinha gostado que não lhe tivessem perguntado como eram os puxadores das portas, as toneiras, os autoclismos, e outras coisas semelhantes mas ainda bem que isso estava no plano de execução de obra. -----

O município Dr. Paulo Neves, no uso da palavra dada ao público, interveio começando por retribuir as palavras do Sr. Arquiteto, pelo trabalho que se tinha desenvolvido com alguns avanços e recuos, mas que acreditava que daquilo que estava consagrado no documento, que aquela assembleia tinha aprovado, conseguiriam na esmagadora maioria dos casos preservar ou que ficasse em projeto essa preservação. Referiu que estaria ali para depois ver se essa preservação, efetivamente, teria sido feita ou não. Independentemente da existência ou não da comissão, queria agradecer à bancada do Partido Socialista por ter sugerido o seu

nome, esclareceu todos os presentes que, efetivamente, e relativamente ao documento que ali estava, havia algo mais que estava consagrado, o teto da capela, qua não tinha sido consagrado de início. Mencionou que, na altura, desconhecia o projeto e tinha sido com particular agrado que se tinha apercebido dessa intenção. Acrescentou, uma vez que ainda não tinha sido frisado, que a presidência da Câmara tinha feito de tudo para que o Instituto Politécnico de Tomar participasse de uma forma ativa, não só na remoção dos azulejos, mas também em todo um conjunto de trabalhos de preservação, que iriam certamente dar os seus frutos. Indicou que, inclusivamente, os madeiramentos antigos da casa, algumas madeiras iriam ser aproveitadas pelos laboratórios de conservação e restauro do Instituto Politécnico de Tomar, e podia dizer ali, numa outra vertente, que a fundação Maria Dias Ferreira tinha vindo ao longo dos anos a patrocinar o restauro de imagens e de elementos de arte sacra do Concelho nesse mesmo laboratório. Portanto, todos estariam perfeitamente ao corrente daquilo que era feito pelo Instituto Politécnico de Tomar. E, que de facto, havia um ou dois elementos e iria referi-los mas, também, para dizer que não lhe chocava que isso tivesse acontecido, de não terem sido devidamente consagrados nos avanços e recuos que as reuniões foram tendo. Esses elementos eram uma escadaria que existia na fachada e estava a ser muito bem sinalizado. Essa escada não era de origem da casa, e portanto, era uma escada relativamente recente, seguramente do século XX. E o que importava ali era assegurar a descontinuidade e tinha sido uma das discussões. Alertou que o projeto tinha recuado para que se mantivesse sobressaída aquela varanda setecentista, pois tinham presente que era de facto um elemento importantíssimo daquele edifício. E, eram as janelas em guilhotina, que era um aspeto que não se chegou a acordo, mas que compreendia o motivo das janelas não terem sido em guilhotina. Mantinha a sua opinião divergente,

mas se o Sr. Arquiteto quisesse, poderia justificar melhor que ele porque não era arquiteto. Disse que queria, também, enaltecer a presença de dois arquitetos naquela sala e de um dos descendentes dos fundadores da Casa, não dos inquisidores mas da sobrinha herdeira que tinha dado origem à família e que, efetivamente tinha sido até há poucos anos atrás, proprietária da casa. Terminou, agradecendo à Câmara Municipal aquela abertura porque era um simples cidadão e lhe tinha sido dada a oportunidade de junto daquela equipa de arquitetos defender aquilo que, entendia por conhecimento da casa, pelo convívio que tinha tido com os últimos proprietários particulares, seriam os elementos mais antigos da casa. Referiu, ainda, que esperava que depois soubessem, também, preservar a história da casa e esperava que, de facto, o que estava no papel fosse efetivamente realidade, agradecendo a disponibilidade. --

O Arq.º Pedro Mendonça, em resposta ao Dr. Paulo Neves, agradeceu imenso os ensinamentos que tinha adquirido, nas discussões que tinham tido, que tinham travado, mesmo quando não estavam de acordo, talvez até mais nessas, em que tinham debatido todos os argumentos. Disse que não tinham chegado a acordo, efetivamente, relativamente às questões das janelas, porque não lhes parecia correto, do ponto de vista arquitetónico e funcional, a manutenção das janelas em guilhotina. E, também, por uma questão de clarividência, de linguagem, para se ser coerente com o próprio projeto e com a própria lógica da intervenção. Entendendo todos os argumentos do Dr. Paulo Neves, achava-os válidos, e como lhe tinha dito, tinha aprendido imenso com ele e esperava que se pudessem cruzar no futuro mais vezes e discordar muitas outras vezes. -----

O município José Lebre, no uso da palavra, apresentou-se e disse que também era arquiteto e que era nessa qualidade que ali estava. Era, de facto, descendente dos senhores da casa. Afirmou que a história não se negava, os factos eram factos, eles

eram os seus antepassados. Felicitou primeiro a Câmara Municipal pela compra da casa, achando que tinha sido tomado a atitude certa perante um património daquela natureza e, depois, felicitou quem decidiu e destinou para ali um hotel de charme. Achou essa opção certa, que tinha sido uma escolha muito bem medida, sendo um equipamento que faz falta na vila. Também felicitou a equipa projetista pelo belíssimo trabalho que tinha desenvolvido, pela seriedade com que tinha encarado o projeto, pela maleabilidade que tinha tido em aceitar as imposições de outras pessoas. Quis, ainda felicitar e agradecer ao Sr. Arquiteto por o ter recebido à revelia de todo e qualquer bom senso com apenas um telefonema porque tinha querido trocar algumas impressões com ele e aperceber-se melhor do que é que estaria em causa. Quis disso vir dar testemunho naquele dia porque se assim não fosse nunca mais o daria. Mencionou que a abordagem que tinha sido feita pela equipa projetista estava certíssima, todos os conceitos estavam certíssimos, que comungava de todas as opiniões e do rigor estético e técnico introduzido. No entanto, na segunda-feira anterior, tinha estado presente no gabinete do Sr. Arquiteto e tinha tido a oportunidade de trocar algumas opiniões. Referiu que, geralmente, quando aparecem edifícios daquela natureza e para os quais se pedia uma nova função, haveria duas opções, ou aquela, de rotura de linguagem, ou a continuação com mais da mesma linguagem. A equipa projetista tinha optado pela rotura e apresentou este projeto. A sua pergunta, a sua sugestão, era em que medida é que a rotura deveria ser feita em cima da casa que lá estava ou se deveria ser feita na ampliação própria da casa. Porque se questionava que, se porventura, a Casa do Adro e a sua envolvente tivessem outra dimensão, teriam a necessidade de fazer um prolongamento para cima, a ampliação do edifício para cima daquele volume, do volume primeiro, do volume radical, do volume da casa. Se houvesse mais espaço, haveria certamente

uma rotura na linguagem mas não poria nunca em cima daquele edifício que era de uma singeleza tremenda e que achava vantajoso continuar com essa singeleza. Afirmou que nunca poria aquele volume de rotura em cima daquele edifício. Essa era a sua opinião, embora reconhecesse que tomada aquela opção, a qualidade do projeto era notória. Era possível e teria vantagens em vários aspetos. A primeira era que preservava e mantinha a volumetria inicial, a qual não sendo nenhum monumento nacional, tinha a sua singeleza, as suas características próprias e teria uma abordagem visual mais simples, mais à escala da representação da casa. A segunda era que, não aumentando nenhum piso, equacionava-se a hipótese de colocar mais um piso por cima daquela ampliação, não haveria mais necessidade disso. Apenas com o prolongamento daquele corpo branco que estava lá por trás que constituiria a ampliação, e avançando quatro blocos era possível ir recuperar 8 quartos para substituir os 10 que estavam ali por cima daquele volume inicial. Era evidente que aquilo era a sua ideia. Era evidente que o prolongamento daquele corpo permitiria ao nível do rés-do-chão, haver um espaço coberto de esplanada mais abrigado com outras características e com outras vivências, que não um espaço descoberto como aquele, podendo até constituir e em termos de exploração, permitiria a realização de eventos de maior dimensão e, assim como estava, não era permitido, não era possível. Por outro lado, ampliando aquele volume, também, poderia constituir a cabeceira e enquadrar outro quarto na piscina que ali estava. Disse que, basicamente era aquilo, era a sua opinião. Confessou que nunca poderia deixar de a não transmitir porque, independentemente, de ser discutível e cada cabeça sua sentença, cada um tinha a sua opinião. Achava que se não a dissesse naquele momento, nunca mais diria. Pedindo desculpa pela sua intervenção, provavelmente extemporânea, considerando, no entanto, que mais valia tarde do que

nunca.-----

O Arq.º Pedro Mendonça interveio dizendo que tinha ouvido a opinião do arquiteto José Lebre na segunda-feira anterior no seu escritório e tinha tido todo o prazer em recebê-lo, respeitando a sua opinião. Tais como, eventualmente, se levantariam todas as outras noventa e oito ideias dos tais cem arquitetos que também respeitaria. Em sua opinião, o prolongamento daquele corpo iria criar outro desequilíbrio. Ou seja, o desequilíbrio que o Arq.º José Lebre achava e referia que existia pelo piso acima, poderia ser criado pelo excesso de área, o excesso de dimensão do outro corpo mas, se o tivessem analisado num lado ou noutro, criaria outro desequilíbrio. Entendia perfeitamente o que ele dizia, e pensaram nas propostas apresentadas e, por isso, agradecia-lhe por as ter apresentado. Tinham pensado nelas, tinha debatido no escritório com a restante equipa as propostas apresentadas, frisando que os projetos na empresa não eram feitos só por ele, eram feitos por uma equipa grande. Mencionou que estavam ali o Arq.º Vítor Matos, e o Eng.º Nelson, a acompanhá-lo. Tinham pensado nas propostas, no entanto, tinham chegado à conclusão que aquela seria uma solução ainda melhor, ainda mais funcional, que estava em maior sintonia com a sua visão, também, partilhada pela Câmara, pelo Dr. Paulo Neves e com o próprio cliente. Alertou que não era nenhuma desconsideração para com as ideias que lhes tinham apresentado e tinham acarinhado. No entanto, achavam que o desequilíbrio que se poderia deixar ter de um lado ir-se-ia criar, perigosamente, do outro. -----

O município Adriano Cotrim Lopes, no uso da palavra, desejou boa noite a todos e disse que fazia 38 anos que, pela primeira vez, tinha vindo a uma Assembleia Municipal e que esta seria a segunda. Esperava não voltar para ver cenas tristes e desagradáveis, referindo que se tinha de construir um país e não destruí-lo. Que se

tinha de andar para a frente. Mencionou que quando ali tinha vindo há 38 anos atrás, o motivo foi o mesmo, a eletricidade. Questionou porque é que a freguesia de Paio Mendes e mais algumas estavam sem luz elétrica durante a noite.

O Presidente da Câmara, respondendo à questão, informou que aquilo era uma situação em que teve de ser tomada aquela posição. Trata-se de uma deliberação já tomada há 3 anos, só que a EDP demorou uma eternidade a implementar as coisas. Na Vila já tinham cortado a iluminação, poste sim, poste não, porque eram mais fáceis de desligar. Foi a medida que se teve de tomar e que era temporária, porque sabia que a iluminação pública, de noite, fazia falta, embora acreditasse que 98% das pessoas não teriam ainda dado por falta dela. A medida, conforme já referido, era temporária, pois a Câmara está com algumas dificuldades financeiras, a exemplo do País, portanto há que reduzir custos. A solução alternativa tinha sido colocada aos Srs. Presidentes de Junta, na reunião que tinha tido na semana anterior com os mesmos, e que tinha sido acolhida por eles, pensando, pessoalmente, que seria a melhor. Reforçou que às vezes para se ficar esperto para as coisas era necessário haver um abanão. Confessou que, também não lhe era grato desligar as luzes, sabendo que as pessoas não gostavam disso e, nenhum Presidente de Câmara gosta de aprovar medidas que sabe que desagradam aos munícipes. No entanto, está convencido que as pessoas perceberão que não tomou essa medida para as pessoas não gostarem dele, mas sim por força dos tempos difíceis, que obrigam a poupar. Voltando à alternativa, foi feito um estudo para poupar o mesmo dinheiro e poucas pessoas saberão que três horas de luz durante a noite por ano custam 70 mil euros, com a identificação de todos os focos de luz que não fazem falta a ninguém, por forma a serem desligados e atingir a mesma poupança. Os Presidentes de Junta ficaram sensíveis à temática e estão a fazer o levantamento desses candeeiros que

podem ser desligados, sem incomodar ninguém. A regra de ouro é que, perto das casas, fica o candeeiro aceso, nas ruas sem movimento ou florestais, é de retirar. Se os Presidentes de Junta no seu levantamento não conseguirem desligar os necessários para atingir essa poupança, face ao facto de haver casas nas redondezas, não serão desligados. Se não se pouparem 70 mil, fica-se pelos 50 mil. Portanto e finalizando, a regra de ouro é que perto das casa o candeeiro fica e se possível até reforçar alguns locais necessitados, perto do pinheiro ou no meio da serra, onde não servem ninguém, desliga-se. Informou ainda que em todas as freguesias se encontram candeeiros desligados, para que não haja a ilusão de pensar que só nalgumas freguesias é que isso está a acontecer. De acordo com as suas previsões ao conseguir-se desligar 20% da iluminação atual, poderá retornar-se à situação anterior, com a iluminação ligada toda a noite. Finalizando, foi de opinião que este esforço valerá a pena, frisando que a iluminação nas freguesias tinha sido desligada por ordem alfabética, e não por qualquer critério partidário, pelo que as mesmas voltarão a ser religadas à medida que os seus Presidentes de Junta apresentem a informação dos candeeiros a desligar, o que se significa que quanto mais depressa apresentarem os dados mais depressa haverá luz toda a noite. -----

Período da Ordem do dia. -----

Ponto 1.- Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do Município, conforme alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O eleito local Armando Alexandre, face à informação de que a Reserva Ecológica Nacional iria ser revista no concelho, questionou os critérios que iriam ser tomados em linha de conta. -----

O Presidente da Câmara Municipal, em resposta ao Sr. Armando Alexandre,

informou que os critérios encontram-se definidos em lei. Portanto, a REN é específica e tem a ver com bastantes critérios que serão cumpridos. O que se irá fazer é aferir a realidade no terreno e comparar com o previsto na legislação. Não haverá milagres e quem se encontre em zona REN, zona de inundação, zona de cheias continuará a ficar em REN, pouco havendo a fazer. Será um processo transparente, cujo resultado poderá não agradar a todos, mas que obedecerá às regras definidas e que são do domínio público. Informou, ainda, que o PDM tem um atraso significativo face à inexistência de normas para avançar com esta revisão e embora tenha defendido o avanço da revisão do Plano com a REN existente, condicionada às adaptações posteriores necessárias, tal não foi aceite. Com a saída das normas pode-se finalmente avançar para a revisão da REN, o que custará 25 mil euros, acrescido de IVA, esperando que para o final de janeiro ou meados de fevereiro, já haja REN que permita finalmente colocar o PDM em discussão e encerrar este capítulo, que se tem mostrado demasiado cansativo. -----

Ponto 2.- Apreciação e votação da proposta de aditamento ao contrato de cessão do direito de uso da "casa do Adro", conforme alínea p) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Sr. Presidente da Câmara pediu o uso da palavra para prestar alguns esclarecimentos sobre o assunto, dizendo que quem tinha lido aquele documento, poderia achar que o Presidente da Câmara ou a Câmara de repente tinham ficado muito beneméritos, e a distribuir benesses por todo o lado. Mencionou que, não querendo estar a mentir, mas pensava já ter falado no assunto no início do processo, o projeto seria suportado 50% pelo promotor e 50% pela Câmara. Neste momento, a Câmara suportou o anteprojeto, o qual tinha custado 24 mil e 900 euros, se não lhe falha a memória, ficando o resto a dividir pelas duas partes, o que dará mais 45 mil

euros para pagar. Como entretanto os fundos da Câmara tinham ficado a negativo e para não agravar a situação, os custos foram entretanto assumidos pela empresa. Neste momento e para cumprimento do acordo, verifica-se a necessidade de ressarcir a mesma, que já tinha pago cerca de onze mil pelo que a devolução da taxa entretanto paga faz parte dessa medida, que lhe será restituída, se a medida for aprovada em Assembleia. Acrescentou que a retirada dos azulejos tinha sido totalmente suportada pela Câmara, tendo-se feito um protocolo com o Instituto Politécnico de Tomar, que custou 3 mil 850 euros, para que se tenha uma ideia dos custos. O relatório já na sua posse será, posteriormente, distribuído para conhecimento de todos. Além disso haverá as despesas com o apoio arqueológico, que o Instituto Politécnico tinha disponibilizado de imediato, não sabendo ainda quanto irá custar, estando em negociações para que se paguem só as despesas de deslocação. O que não significará um valor muito alto. Além deste apoio a obra está a ser acompanhada diretamente pelo arqueólogo da Câmara, embora as pessoas desconheçam a sua existência e possivelmente até achem estranho existir um arqueólogo na Câmara. A crescerem as despesas com os resíduos de construção e demolição, também suportadas pela Câmara, estar-se-á a falar, neste momento, em 25/30 mil euros ainda longe dos 45 mil euros, que se deveriam ter suportado dos 50% do projeto, que se tinha assumido com o promotor. Portanto, não ficasse a ideia que de repente se tinham começado a distribuir benesses, tendo sim a ver com o compromisso assumido e por forma a honrar a palavra que se tinha tido para com o promotor. -----

O Dr. Eduardo Mendes, no uso da palavra, transmitiu que queria agradecer a explicação, porque uma das perguntas que tinha em mente para o Sr. Presidente era aquela e fazia especial questão de chamar atenção para a redação deste ponto, de

maneira a que o esclarecimento constasse em ata, uma vez que sem essa explicação o que parecia era que se tinha andado a distribuir ao povo, frisando, que ainda bem, que havia um justificativo. Por último e apresentando as suas desculpas porque a bancada do Partido Social Democrata acabava de apresentar uma moção, a qual se queria ter apresentado logo a seguir à apresentação do projeto da Casa do Adro. Mas como tinha havido uma intervenção do público, a qual tinha cortado totalmente o tema que se estava a tratar e porque tinham subscrito as preocupações do Partido Socialista, anteriormente, achou que devia ficar tudo bem esclarecido, tal como se tinha feito da outra vez, quando o Dr. Paulo Neves, tinha trazido à Assembleia uma série de preocupações sobre a Casa do Adro. Seria muito benéfico, devendo, em sua opinião, tentar-se vincular todas as pessoas a essas preocupações, por forma a que elas fossem cumpridas. Também, na presença do projeto, entendia ser de apresentar uma moção e com a benevolência dos colegas, pois não era altura para discussão de moções, mas em seu entender, tratando-se da Casa do Adro, deveria ficar tudo muito bem redigido, pelo que solicitou a benevolência da Mesa para a aceitação da proposta. -----

O Sr. Carlos Martins interveio direcionando o seu discurso para o Dr. Eduardo Mendes, referindo o rigor que demonstrava e que acabava de ser quebrado, concluindo que há coisas que não devem ser ditas. -----

O eleito local Eduardo Mendes, respondendo ao Sr. Carlos Martins, afirmou que estavam todos focados num objetivo, que pensava que todos o comungavam. Ou, então aquilo que a bancada do Partido Socialista tinha dito anteriormente não corresponderia ao mesmo sentimento. Referiu que como uma pessoa do público tinha colocado uma questão sobre outro assunto, a proposta não foi apresentada, precisamente para não cortar o assunto que o público estava a debater. Em seu

entender seria oportuno neste ponto mas se a bancada do Partido Socialista entender o contrário, a mesa deliberará em conformidade, não ficando com isso ofendido, reservando a mesma para a próxima reunião. -----

O Sr. Armando Alexandre acrescentou que corroborava a opinião do Carlos Martins, entendendo que às vezes há coisas que mais vale ficarem por dizer. E que, anteriormente, quando se tratava de documentos da bancada do Partido Socialista, o Dr. Eduardo tinha sido crítico, pelo que não deveria estar à espera desta reação, devendo acatá-la com dignidade e sem exaltações. -----

O eleito local Bruno Gomes clarificou que o Partido Socialista estava ali para defender os interesses de Ferreira do Zêzere e, para aproximar os munícipes do Município, bem como para colaborar com a bancada do Partido Social Democrata, sempre que assim o entendessem. Acrescentou que o Partido Socialista não andava ali com complicações nem com meias medidas, nem com regulamentos, nem com nada, estando ali representado para ajudar Ferreira e para melhorar Ferreira. E, se a proposta for nesse sentido, seria lógico que estava ali para ajudar e para aprovar se fosse caso disso. Terminou, não podendo deixar de afirmar que corroborava aquilo que o Deputado Municipal, membro da Assembleia, Carlos Martins, tinha dito, sendo certo que às vezes tinha de se estar um bocadinho mais calado porque todos têm telhados de vidro. -----

Seguidamente foi a moção a seguir transcrita e apresentada pelo Partido Social Democrata, lida em voz alta para conhecimento de todos. -----

“Moção apresentada pelos eleitos do PSD na Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere. Projeto final da “Casa do Adro”. Considerando que a 11 de outubro de 2013, em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, foi apresentada a proposta pelo Dr. Paulo Alcobia Neves, sobre a Casa do Adro.

Considerando que a bancada do PSD propôs que o referido documento fosse transformado em moção, proposta que foi aceite, tendo sido deliberado por unanimidade a sua aprovação. Considerando que o teor dessa proposta se concretizava num conjunto de recomendações dirigidas ao órgão executivo deste Município, com o intuito da preservação de determinados elementos ínsitos no edifício Casa do Adro, aquando das obras de intervenção. Considerando que o projeto, aprovado pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, com as alterações que agora lhe são introduzidas, contempla a manutenção da esmagadora maioria dos elementos propostos na referida moção. Nestes termos, a bancada do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, na sua sessão ordinária de 20 de dezembro de 2013, delibere acerca da aceitação do projeto hoje apresentado, e que fica em anexo à moção. Ferreira do Zêzere, 20 de dezembro de 2013. Pelo grupo municipal do PSD.” -----

O eleito local Bruno Gomes interveio dizendo que não ter percebido a proposta. Afirmou que o que lhe tinham dito era que aquela Assembleia só tinha poderes para tomar determinadas decisões e agora vinham fazer um pedido que não percebia. Questionou o que é que se iria deliberar, se era a aprovação daquele projeto, se bem percebeu. -----

O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a explicação que tinha sido ali apresentada, ficava anexa à ata da Assembleia, fazendo dela parte integrante para memória futura. -----

O eleito local Bruno Gomes alegou novamente que não sabia o que se pretendia e achava que isso deveria ser clarificado. Falando por si e julgando poder falar também em nome da sua bancada, não aceitariam ou de forma alguma concordariam com aquilo que tinha sido apresentado, porque essa decisão não tinha passado pela

Assembleia. -----

O eleito local Eduardo Mendes, explicou que não era a aprovação do projeto que estava em causa, mas sim a salvaguarda dos elementos que o Paulo Neves tinha falado e que agora chegou, não tendo apresentado a proposta se o Paulo Neves não tivesse falado e esclarecido que os elementos estavam salvaguardados. Aquilo era a resposta, por um lado, a todas as dúvidas sobre o que iria restar da Casa do Adro, pois o resto iria tudo a baixo, só ficariam as paredes. Era a resposta às pessoas que percebiam daquilo, que diziam sim senhora, estava-se a salvaguardar a memória da Casa do Adro, as pedrinhas e essas coisas todas. Que isso ficasse em ata e que ficasse com o projeto e tudo bem guardado e qua a Câmara fiscalizasse exatamente tudo isso para se ter a certeza que aquilo era cumprido. -----

O Presidente da Assembleia Municipal transmitiu que o que se pretendia era autorizar a Câmara, uma vez que se tinha condicionado esta na Assembleia anterior, aprovando as alterações ao projeto inicial. Nas explicações dadas pelo Sr. Arquiteto, foi dito que cerca de 98% das questões da moção aprovada por todos na última assembleia, estariam vertidas ali. O próprio Paulo Neves tinha acabado de dizer e, em seu entender, tinha concordado e aceitado aquela ideia de bom grado. Afirmou que, naquele momento, o que a Câmara precisava era que se dissesse, que se aprovava a versão que tinha sido apresentada anteriormente. O gabinete era idóneo e a Câmara também estaria para fiscalizar isso, pelo que havia de se passar aquilo para o papel para depois ser cumprido em obra. Portanto, o Partido Socialista, só tinha de perceber isso. Sendo a dúvida na aceitação do projeto, ali apresentado, frisou que não era essa a intenção, sendo essa uma competência da Câmara, mas que se tinha de dar oportunidade à Câmara para poder aceitar aquela alteração, porque se isso não fosse feito, a Câmara ficaria condicionada e não poderia avançar. -----

O eleito local José Manuel Duarte, adiantou que não sendo arquiteto, a única coisa que iria aprovar era que o projeto ali apresentado estava em conformidade com as questões que o Paulo Neves tinha levantado. -----

O eleito local Bruno Gomes mostrou a sua concordância com a tomada de posição anterior e alegou que a proposta de moção deveria ser alterada no sentido de traduzir aquilo que o membro da Assembleia, Dr. José Manuel Duarte, acabara de dizer. -----

O Presidente da Câmara Municipal, solicitou o uso da palavra para pedir que a redação final colocada a votação fosse lida calmamente, porque estando presente na sala o chefe da Divisão de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente, que era a pessoa que iria validar a conformidade do projeto ou não, poderia obter-se a sua ajuda por forma a não surgirem imprevistos posteriormente. Acrescentou que o projeto inicial tinha um conjunto de características e diretrizes construtivas, que a moção do Paulo Neves referia como devendo ser preservadas, a que o projeto se adaptou. Frisou que, no entanto, não se conseguiu adaptar por questões legais as janelas, bem como a escada que não poderia ficar naquele local por colidir com o novo acrescento. Esta situação inclusive foi entretanto descrita pelo autor, Paulo Neves, como sendo de menor importância. Outra recomendação era a da preservação da sala, mas a única coisa que dava para preservar era uma pia em pedra que estava na parede. E, portanto, na redação em vez de ser preservada a sala, seria preservar aquela parede com a pia porque se se continuasse a dizer que se tinha de preservar a sala, o projeto não era exequível, pois iria ser uma zona de passagem para os quartos e se ficasse lá a sala, não haveria passagem para quartos. Face a estas situações, foi de opinião que a moção deveria ser retirada e substituída por novo documento que focasse essencialmente estas três questões, anteriormente enunciadas. -----

Após uma pequena conversa e após identificação dos pontos a alterar foi decidido

elaborar nova proposta que a seguir se transcreve e mais uma vez foi lida em voz alta para conhecimento de todos. -----

“Moção. A Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, tendo anteriormente votado uma moção que concretizava um conjunto de recomendações dirigidas ao órgão executivo deste Município, com o intuito da preservação de determinados elementos ínsitos no edifício Casa do Adro, aquando das obras de intervenção, e tendo em 20 de dezembro de 2013 assistido a uma exposição dos projetistas e a uma intervenção do Dr. Paulo Alcobia Neves, de concordância com a referida exposição e ponderadas as razões justificativas de cada item, delibera desobrigar o executivo municipal relativamente ao seguinte e pelas razões aqui referidas. No capítulo primeiro, da breve descrição dos elementos a preservar, relativo a fachadas, no segundo parágrafo do ponto um, onde lê, “esta fachada será integralmente preservada”, deve ler-se “excetuando as caixilharias”. Salientou-se que, por serem incompatíveis com a legislação atual, não serão mantidas as caixilharias existentes em todo o edifício; No capítulo primeiro, no ponto quatro, deve ficar registado que não haverá lugar à preservação da escada sul do lado nascente por ter sido considerada um elemento de construção factual e recente; No capítulo terceiro, no ponto dois, alínea b, a redação será a seguinte: “Na sala de acesso ao pátio exterior, será apenas preservada a parede nascente onde constam o lavatório em cantaria e azulejos”. Foi alterada esta alínea pelo facto de a manutenção da sala impedir o acesso aos quartos. Ferreira do Zêzere 20 de dezembro de 2013. Os membros da Assembleia Municipal.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal **colocou a moção a votação, a qual foi aprovada por unanimidade.** -----

Seguidamente foi colocado a votação **o ponto dois da ordem de trabalhos, tendo**

sido aprovado por maioria com 10 abstenções por parte da bancada do Partido Socialista.-----

Ponto 3.- Apreciação e votação da alteração aos estatutos da Resitejo - Associação de Gestão de Tratamento de Lixos do Médio Tejo, conforme alínea b) e c) do art.º 33.º conjugada com a alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal pediu a retirada deste ponto da ordem de trabalhos porque a esmagadora maioria dos Presidentes de Câmara tinham sido substituídos e os novos eleitos achavam-se, e com muita razão, no direito de repensar a situação, pelo que este ponto seria reagendado após esse estudo. -----

Ponto 4.- Apreciação e votação do Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho para o ano de 2014, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Câmara Municipal usou de novo da palavra para esclarecer que a legislação previa que, antes da aprovação do orçamento, deveria haver a aprovação do mapa de pessoal. Mencionou, ainda, que se tem vindo a reduzir alguns postos de trabalho ao longo dos últimos anos, pensando que essa situação não seria de manter, dentro do possível, sob pena de por em causa o funcionamento dos serviços. A redução de 2% prevista para todas as câmaras, em princípio, não seria de aplicar no próximo ano face ao desempenho financeiro da Câmara, ficando, assim, desobrigada daquele ónus. -----

Colocado este ponto a votação, foi aprovado por maioria com 12 votos a favor da bancada do Partido Social Democrata e 10 abstenções da bancada do Partido Socialista. -----

Ponto 5.- Apreciação e votação das opções do plano e proposta de orçamento

para 2014, conforme alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O eleito local Armando Alexandre, inscrito neste ponto da ordem de trabalhos, disse que havia um assunto que iria focar, embora já houvesse troca de correspondência entre si e o Sr. Presidente da Câmara, sobre alguns elementos que na altura não estavam na sua posse mas que entretanto lhe chegaram, ficaria à espera que eles fossem disponibilizados para perceber melhor a situação do apoio escolar aos alunos (transportes, refeições e livros), não fazendo mais perguntas sobre o assunto. Na revitalização das sedes de freguesia, sendo um tema que lhe era muito caro, verificou que no ano anterior tinha uma verba de 500 euros e que para 2014 se previa um euro, o que significa que a sua freguesia, Águas Belas, ficou esquecida. Relativamente aos arruamentos das freguesias verificou que as freguesias de Paio Mendes e de Pias tinham ressuscitado, uma vez que tinham verbas atribuídas, pensando haver ali uma gralha. Relativamente, à área do turismo, para as praias fluviais de Dornes e Bairradinha, foi disponibilizado, também, um euro, o que queria dizer que também ali não era previsível haver investimento. -----

O eleito local Eduardo Mendes, no uso da palavra, destacou que o orçamento do ano 2013 previa 275 mil euros para encargos com iluminação pública e agora estão previstos 300 mil. Tendo em conta as medidas de contenção anunciadas, gostaria de ver comentada esta verba para se perceber melhor. -----

O eleito local Bruno Gomes confessou que o tempo que tinha tido para análise da documentação não tinha sido muito sendo esta a terceira assembleia a que ia nesta semana. Chamou-lhe a atenção a referência a que se estava numa conjuntura marcada pela gravíssima e complexa crise económico-financeira. Ainda bem que se reconhece a situação, apesar do PSD Nacional já andar a colocar folhetos dando

conta que se irá crescer para o ano, inclusivamente o próprio Vice-primeiro-ministro já inaugura relógios que anunciavam a temporização para a saída da *Troika*. Mencionou que, relativamente, ao que estava escrito, se falava, também, do desenvolvimento sustentável e mais justo, inclusivamente de progresso, declarando que lhe custava um bocadinho perceber aquilo porque se falava de progresso, de desenvolvimento sustentável, mais justo, e sabia que batia sempre na mesma tecla mas continuava a achar que não se tinha um projeto e um rumo. Referiu que gostava que se soubesse o porquê daqueles números pois achava que não havia um caminho, um resultado que se queria e, assegurou que o Partido Socialista pelo menos, nos próximos anos, tenderia a mostrar isso da forma mais simples possível. Alertou que, parecia que estava tudo bem, mas Ferreira do Zêzere era o penúltimo concelho do distrito no indicador de poder de compra, era o segundo concelho com água mais cara do distrito e se aquilo era justiça, não entendia, parecendo-lhe que o documento era um orçamento de gestão. Despesas correntes, e por mais dificuldades que se se tivesse a nível contabilístico, não conseguia aceitar, só aceitando isso com a crise. Queria ver intenções de investimento, queria ver um orçamento que fosse reflexo da vontade de desenvolver o Concelho. Seguidamente apontou um conjunto de rubricas que a ele lhe causavam alguma apreensão. Encontrou 208 ou 218 mil euros para aquisição de *software*, o que lhe parecia um valor extremamente elevado para os tempos que decorrem pedindo uma justificação para essa situação pois com esse dinheiro, muito se conseguia fazer ou, pelo menos, evitava-se apagar tantas lâmpadas. Mas aquele orçamento era da Câmara Municipal, do executivo e o mesmo é que sabe aquilo que pretende. Relativamente ao limitado “*papel*” do Município no estímulo da economia do Concelho, custava-lhe um bocado que se continuasse a bater nessa tecla. Informou que via muitos amigos, Presidentes de Câmara, irem

constantemente a outros Países, a promoverem o Concelho, a criarem pontes e ligações entre os empresários, a darem conta daquilo que cada concelho tinha para que se desenvolvesse, para que pudesse ter mais gente e, bastava olhar bem para o lado, para se ter exemplos. Ourém e Torres Novas tinham feito isso mas aquilo era a visão que tinha. O orçamento era da Câmara e se fosse ele seria feito de forma diferente. Mencionou que tinha gostado que a Câmara Municipal tivesse tido noção o que era algo extremamente importante e arriscava-se a dizer que se não fosse o associativismo no Concelho, este não andaria. Achou muito positivo, terem reconhecido a situação. Outra conta que gostaria de ver explicada era sobre a previsão de 250 mil a mais para o IMI, deduzindo que aquilo fosse para pagar dívidas, ou pelo menos tinha sido isso que transpareceu numa Assembleia Municipal anterior. Expôs, ainda, que na conta 0510999, a qual dizia “outros”, na parte dos impostos diretos, havia 130 mil euros, pedindo, também, que lhe dissesse o que era. Nesta questão foi alertado para a explicação estaria adiante, pelo que ficou esclarecido. Retomou a palavra identificando que estavam 400 mil euros para manutenção, na conta 0702099902, pedindo que lhe explicassem a que se destinava. Reparou que neste orçamento estavam previstos mais 83 mil euros, do que no anterior relativamente às despesas com o pessoal em funções, pelo que solicitou informação se a verba era somente para cobrir os subsídios entretanto repostos. Encontrou também, em pessoal, 91 mil euros que e, não estando dentro do assunto nada lhe diziam. A rubrica gásóleo com 250 mil euros, esperava bem que se conseguisse cumprir, achando que eram 50 mil euros a mais que o ano anterior, embora sem certeza. Sobre a rubrica limpeza e higiene, orçamentada em 450 mil euros, pressupões que incluísse limpezas de estradas. O “Projeto Agenda 21 Local” chamou-lhe a atenção por não lhe ver qualquer verba adstrita, pelo que questionou

se estaria terminado. Continuando e, não pretendendo ser mauzinho, até porque se dava bem com o Sr. Presidente de Junta de Areias e Pias, mas em sua opinião continuam a verificar-se grandes diferenças a nível de valores para as Juntas. Parecia-lhe que os valores que estavam mencionados, para a mesma, eram muito altos comparativamente com outras, acontecendo ano após ano. Afirmou que não estava contra ninguém, defendendo apenas equilíbrio nestas situações. O Centro de Atividades Intergeracional, continuava a deixar-lhe dúvidas, não percebendo o que era aquilo, ou quem o fazia. Finalizando solicitou o reforço da verba destinada à sinalética dos percursos pedestres, achando que com 250 euros não se faria nada. ----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, respondendo às questões entretanto colocadas e começando pela intervenção do Sr. Armando Alexandre, disse que, como todos deveriam ter reparado, havia no orçamento n rubricas com 1 euro, o que queria dizer que ficariam abertas, para o caso de durante o ano, existir a possibilidade de candidaturas ou afetação de algum dinheiro que viesse extra para alguma obra. Informou que “2014-2020” era o novo quadro comunitário de apoio. Ainda ninguém sabia o que é que de lá vinha mas, se alguém soubesse, agradecia que lhe dissesse, porque também não sabe. Portanto, acredita que a regeneração urbana não podia avançar como era até aqui. O novo quadro comunitário de apoio mudará completamente e as candidaturas individuais das Câmaras aos fundos comunitários vão acabar e têm que ser feitas candidaturas supraconcelhias, ou seja, será mais que um concelho a concorrer. Haverá novos procedimentos, que serão um bocadinho mais complicadas. Transmitiu que seria bom que, todos lessem os documentos dos fundos comunitários com alguma atenção, porque acreditava que iria existir a tentação futura de se começar a dizer que a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere não apresentava candidaturas. Frisou que a Câmara iria continuar

a concorrer, como tinha feito ao longo dos anos, a tudo o que fosse possível, mas com o novo quadro comunitário de apoio, ainda não se sabe a quê, nem como. Face a este desconhecimento, o orçamento apresentava-se ligeiramente reduzido por não haver verbas consignadas, pois, atualmente não se podem orçar verbas, como antigamente, colocando ali meio milhão na esperança da sua vinda. Essa situação terminou, portanto o orçamento é um orçamento enxuto e se repararam, este foi reduzido em de 2,19% em relação ao ano anterior. E de acordo com a nova legislação, que com certeza todos teriam lido, o Decreto-Lei n.º 73/2013, nomeadamente, no seu art.º 56, prevê que os Municípios que, em 2 anos consecutivos, não executem 85% da sua receita, ficarão desde logo identificados para serem fiscalizados. Logo, o tempo de fazer orçamentos, com números “*vamos chutar para a frente*”, tinha acabado. Esclareceu que o orçamento de 2013, neste momento em fase final irá ter uma execução, na receita, muito próximo dos 90% e, na despesa muito próximo dos 85% ou talvez mais, pois faltavam os últimos dias, onde se fazem sempre os pagamentos mais acentuados. Relativamente às praias fluviais era a mesma coisa, uma vez que o plano de ordenamento da barragem do Castelo do Bode irá entrar em revisão, logo, não se sabe se irá ou não ser alargado a outras localidades, a possibilidade de se fazerem praias fluviais. Depois faltarão sempre os meios necessários para as fazer. Em relação a Pias e Paio Mendes, informou que tinham sido objeto de obras no ano anterior as quais tinham de ser pagas e, até que a obra não esteja com a conta final fechada, tem de se manter a rubrica. Respondendo ao Dr. Eduardo Mendes, em relação à rubrica da iluminação pública, informou que, tal como no passado, o que estava previsto para o ano, muitas vezes não é só o consumo do ano mas o que vem de trás. Portanto, uma das poucas coisas que falta pôr em dia a 100%, é a iluminação pública. Pensa que para o ano se

resolva essa situação e acredita que o valor orçamentado peca por excesso, mas se isso acontecer será afeto a outras coisas. Passando às questões colocadas pelo eleito local Bruno Gomes, informou que o índice de compra era muito engraçado porque como deveria saber era um índice multivariável, com vários critérios sendo um deles, por exemplo, o número de multibancos existentes no Concelho, questionando-se em que é que quantidade de multibancos contribui para o poder de compra. Desafiou o Sr. Bruno Gomes a verificar alguns desses parâmetros, declarando que o poder de compra não era decretado pela Câmara, competindo-lhe, sim, criar condições para que houvesse poder de compra e isso, pensava que tinha sido feito, não se podendo ir muito mais além. No respeitante ao preço da água, alegou ser essa a herança de um fulano que tinha passado pelo Governo que se chamava Sócrates, agradecendo-lhe o barrete que literalmente tinha enfiado ao pessoal todo, enquanto Secretário de Estado, com a história das Águas do Centro. Em relação a ser a segunda mais cara, era verdade, mas também era verdade que iria sair legislação, que iria tornar preço igual em todo o país, pelo que todos irão pagar por igual. Ferreira do Zêzere, neste momento, está praticamente no preço-alvo, estando ainda abaixo do preço previsto. Mostrou-se consciente que a água, efetivamente, não é barata, já o tendo afirmado várias vezes, mas também sabia que no ano passado a água tinha subido 7% em alta e no Concelho não se fez refletir esse aumento, mantendo-se o preço. Também não iria ser aumentada para o ano porque acreditava que, finalmente, iria ser cumprida a promessa de unir os sistemas e conseqüentemente unificados os preços quer para o cliente quer para as Câmaras. Lembrou que Ferreira comprava a água a 65 ou 66 cêntimos e Lisboa comprava a 42. Esta situação não faz sentido, crescendo ainda a rentabilidade dos sistemas uma vez que em Lisboa, numa rua abastecem-se 10 mil pessoas, talvez, e em Ferreira do

Zêzere para levar água a 10 mil pessoas, ter-se-ão centenas de quilómetros de conduta com dezenas de ruturas. Anualmente em Ferreira do Zêzere a água dá cerca de meio milhão de euros de prejuízo. No entanto e como já referiu em janeiro, a água não irá subir, na expectativa de que até junho, o novo sistema esteja a funcionar e que a Câmara passe a comprar água um pouco mais barata. Portanto e se isso vier a acontecer e a Câmara passar a comprar a água mais barata, não valerá a pena sobrecarregar as pessoas, face a esta margem que será criada e que, possivelmente, permitirá equilibrar as contas. Alertou, no entanto, que se tudo o que se tem vindo a dizer, não passar de *show-off*, ter-se-á de subir a água para meados de 2014, porque a continuar com um défice muito grande será a própria entidade reguladora (ERSAR) a impor a atualização de preços. Quanto ao reforço da verba afeta à sinalética, lembrou que tinha sido cumprido o estatuto da oposição, tendo-se enviado em devido tempo e de acordo com a lei, a proposta de orçamento para o PS, não tendo sido recebida qualquer proposta. Portanto, a pretensão era extemporânea. Confessou que, relativamente à verba de 218 mil euros, tinha gostado daquele populismo das lâmpadas, embora elas não consigam agilizar processos nem fazer reengenharia dos mesmos, logo, a aposta tinha de ser mesmo em *software*. Se por um lado se pretende um concelho moderno e com progresso, por outro lado não se quer investir em novas tecnologias, havendo aí qualquer coisa que não bate certo. Afirmou que o valor orçamentado era o necessário para reformular todo o sistema informático da Câmara, para se passar a ter um balcão na casa de cada Ferreirense, e um balcão em cada junta. Portanto, seria uma forma de aproximar a Câmara das pessoas, com maior rapidez, com mais serviços *online* e, mesmo internamente com reengenharia de processos, o que permitirá à Câmara ser mais rápida, mais eficiente e mais eficaz. Falando sobre associativismo, mencionou que conhecia bem a área

pois já andava naquilo há vinte e tal anos. E, esperava vê-lo, também brevemente numa associação qualquer, esperava que tivesse tempo, e vontade, pois a vontade, geralmente, conseguia superar o tempo. A verba mencionada de 400 mil euros em manutenção, seriam parafusos, porcas, filtros, óleo e outros. A rubrica de despesas com pessoal, evidencia que, no ano anterior, pagaram-se os subsídios de férias e para ano, tem de se contar com eles na mesma. Por isso, sem ter havido qualquer aumento remuneratório, tinha-se mais 83 mil euros para pagar de subsídios. Quanto aos 450 mil euros referido em limpeza e higiene, explicou que tinha a ver com um conjunto muito grande de funções da Câmara, não era só limpeza pura e dura e, se tivesse sido lido o documento ter-se-ia encontrado no final a discriminação da rubrica. A “*Agenda 21 Local*” de momento encontrava-se suspensa, porque não havia dinheiro para tudo, o que não queria dizer que não se fizesse em 2015. Quanto aos arruamentos, achou estranha a advertência, atendendo a que o programa eleitoral do PS, quer na 1ª quer na 2ª edição não previa absolutamente nada nesse domínio, pelo que não via razão para esta chamada de atenção, quando estavam a ser colocados infinitamente mais arruamentos do que o PS tinha proposto. Por exemplo, estava Chãos, no mandato passado e naquele com zero de alcatrão. Falava-se sempre em Águas Belas, mas no ano anterior, tinha sido a freguesia com mais estradas alcatroadas. -----

O eleito local Armando Alexandre sugeriu que deveria haver notas explicativas para que não se induzisse em erro a informação das rubricas, atendendo a que quando se via uma verba grande, partia-se do pressuposto que seria uma obra futura.

O Sr. Presidente da Câmara, em resposta, disse que se o trabalho de casa fosse feito e houvesse o cuidado de comparar com o ano anterior era fácil tirar as conclusões. Continuando, e relativamente ao Centro Intergeracional, sobre o qual já

se tinha falado, esclareceu tratar-se de uma candidatura que a Câmara iria apresentar. A ideia base era a da recuperação do edifício, dando-lhe uma utilização Intergeracional, que tinha sido um nome pomposo que tinham arranjado para ir aos fundos comunitários. Comunicou que sabia que o PS acusava o executivo de não se candidatar aos fundos comunitários mas o executivo sempre o fez, sendo por vezes necessário arranjar o enquadramento adequado e daí este nome pomposo de Centro Intergeracional, mas que o levou a ser aprovado. Informou, ainda, sobre esta obra que ela seria apoiada pelo Corpo de Escutas, que tinham uma verba para afetar à obra. O dono da obra iria ser a Câmara, sendo isso obrigatório, sendo a obra que em si, essencialmente, destinada a servir os escuteiros. Finalizando, referiu que quanto aos circuitos pedestres, 250 euros, era um valor residual que havia para pagar e se fosse necessário, eventualmente, mais dinheiro desde que, disponível, seria reforçado. -----

Colocado a votação, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2014 foi aprovado por maioria com 12 votos a favor da bancada do Partido Social Democrata e 10 abstenções da bancada do Partido Socialista. -----

Ponto 6.- Apreciação e votação da proposta do Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere, conforme estabelecido no n.º 1 do art.º 79.º do decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua redação atual. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal introduziu o assunto e esclareceu que o plano agora apresentado já tinha vários anos, tendo tido algumas ilicitudes no seu desenvolvimento como acontece com estudos desta natureza. Mas o plano estava concluído finalmente, tinha passado a fase de inquérito público e, quem entendeu consultá-lo teve essa oportunidade, não advindo daí qualquer sugestão, pelo que estava finalmente, em decisão política. Evidenciou que não era uma decisão técnica,

que ali se pedia tal como na Câmara mas sim uma decisão política para aprovar o plano de urbanização da Vila, para que ficasse definida a mancha urbana da Vila, futura. Terminou, informando que o Chefe de Divisão estava presente e disponível, para prestar os esclarecimentos que fossem julgados pertinentes, bem como para fazer uma pequena apresentação, se achassem que isso seria uma mais-valia. -----

O eleito local Bruno Gomes aceitou a sugestão no sentido de que fosse feita a sua explicação, pois considerava não ter conhecimentos suficientes para perceber quais é que tinham sido as grandes modificações, o que é que era positivo ou negativo e que aquele plano podia mostrar. Assim, tanto ele como a sua bancada gostariam de ouvir da boca do técnico responsável pelo plano uma breve descrição sobre o mesmo. -----

O Eng.º João Frias, Chefe da Divisão de Urbanismo e Obras Municipais, desejando boa noite a todos os presentes, esclareceu que iria tentar explicar o plano de urbanização o melhor possível. Mencionou que ele tinha sido elaborado por uma empresa privada, *Plural*, cuja coordenadora do projeto, embora solicitada a estar presente, não o conseguiu fazer por motivos de doença. Assim coube-lhe a ele a tarefa de fazer a sua explicação que iria tentar que fosse benéfica e por questões de metodologia desenvolveria em três aspetos. Iria falar um pouco do historial da sua elaboração, justificar de algum modo, se é que é justificável a grande duração que demorou a elaborar e finalmente uma breve apresentação do plano. Referiu que o procedimento da elaboração do plano tinha sido iniciado em 2003, por deliberação de dois de janeiro, seguindo-se a sua publicitação no Diário da República, para que os munícipes pudessem apresentar sugestões sobre aspetos, que na sua perspetiva, deveriam ser contemplados no plano. Seguidamente, tinha-se procedido ao concurso público para a contratação da equipa destinada a fazer o plano, contrato esse que, tinha sido celebrado a 6 de novembro de 2003, e que contemplava três fases, a saber.

Estudos básicos, estudos prévios de ordenamento e proposta de plano. Nessa altura foi, também, deliberado pela Câmara que o plano fosse acompanhado pela Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional, alertando que era importante explicar que, de acordo com o quadro legal vigente nessa data e também atualmente, o acompanhamento dos planos era facultativo. Mas era sempre defensável que o acompanhamento pela CCDR existisse, porque no fim a CCDR tinha um papel muito importante no grande passo final que se chamava conferência de serviços e se não estivesse envolvida, o sucesso dessa apreciação final ficaria bastante comprometido. Portanto, o processo tinha-se vindo a desenvolver durante largos anos até que em 2 de outubro de 2008, a Câmara aprovou uma proposta de plano, a qual foi condicionada em vários aspetos relacionados com a avaliação ambiental estratégica, que durante os anos de 2008 e 2009, teve grandes alterações legislativas nessa matéria do ambiente, de ordenamento do território, de cartografia, em que era bastante difícil trabalhar. Transmitiu que proposta tinha sido aprovada mas com condicionantes para orientar uma futura alteração, condicionantes essas que estavam relacionadas com a necessidade de adequar a legislação ambiental que, entretanto tinha sido aprovada e que obrigava pela primeira vez que os planos fossem sujeitos a avaliação ambiental estratégica. Expôs a primeira planta, a primeira solução que tinha sido sujeita a aprovação pela Câmara Municipal, com a condicionante de retirar do plano a área onde estavam as empresas Sicarze e Comave, na perspetiva de poder ser dispensado dessa avaliação. Considerou importante explicar que naquelas alterações legislativas que existiam na altura, competia à Câmara deliberar se fazia ou não a avaliação ambiental estratégica. Sendo que no caso de não fazer, tinha que fundamentar o motivo. Referiu que aquilo na altura era tudo novidade e, julgava-se que não haveria factos ambientais que justificassem fazer avaliação ambiental

estratégica desde que o plano tivesse algumas alterações, que passavam por retirar o espaço industrial do plano, para ser tratado em sede do plano diretor municipal que, estava a andar em paralelo, tornando a variante norte para trânsito mais lento e também porque entretanto a A13, na altura ainda chamada IC3, já tinha o traçado definido. Portanto, aquela proposta tinha sido aprovada mas com a condicionante de vir a ser alterada no futuro nas três vertentes que tinha referido. Entretanto, como aquela adequação na proposta, iria mexer no perímetro na área de intervenção, teve que ser feita nova publicitação da área a estudar para as pessoas pudessem novamente apresentar sugestões ou observações. Depois disso, tinha-se feito uma nova versão de proposta de plano, a qual tinha sido aprovada pela Câmara Municipal por deliberação de 22 de novembro 2012. Ou seja, era a versão anterior já adequada às alterações legislativas referentes ao ordenamento do território, ambiente e cartografia pois teve que se redesenhar o plano de urbanização em nova cartografia face à legislação entretanto publicada, em que a cartografia de base não tinha condições legais para poder servir de base ao plano. Tinha sido também, feito um estudo profundo de defesa da nova avaliação ambiental estratégica e o plano tinha sido tratado para melhorar em termos ambientais e enviado para conferência de serviços para a CCDR. A conferência de serviços era um procedimento que levava a CCDR a ouvir todas as entidades, que se pronunciavam sobre o plano, que foram cerca de 20, ouvindo-as todas, elaborando, depois, um parecer final, que no fundo, era um sumário de todas as entidades e dela própria. Essa conferência de serviços tinha decorrido no dia 17 de janeiro de 2013, a qual tinha pareceres desfavoráveis, favoráveis condicionantes e favoráveis. Mostrou a planta 2, a qual tinha sido a primeira planta enviada para a conferência de serviços, explicando que se tinham retirado a empresas Sicarze e Comave, a variante norte tinha sido desviada mais para

norte, de tal modo que tinha ficado de fora da área. Notava-se, também no plano, uma componente verde mais forte, tendo em conta a tal necessidade das questões de avaliação ambiental estratégica e mencionou que aquela evolução que tinha tido, era a solução que tinha ido para a conferência de serviços. Aludiu que, a Câmara, face àquela conferência de serviços, a qual tinha tido pareceres favoráveis, desfavoráveis e favoráveis condicionados, tinha tomado uma posição, uma estratégia para lidar com aquele parecer da conferência de serviços. A estratégia que tinha sido deliberada, decidia fazer avaliação ambiental estratégica, dado que efetivamente os pareceres da CCDR e das outras entidades ambientais apontavam no sentido de ser feita a avaliação ambiental estratégica. Decidia, também, adequar o perímetro urbano que passaria por torná-lo mais pequeno. Comunicou que aquilo não era a concertação com as entidades que emitiam pareceres favoráveis ou favoráveis condicionados. Portanto, eram as Câmaras Municipais que teriam a possibilidade de fazer a concertação com essas entidades. E, mais uma vez como a área de intervenção tinha sido mexida novamente, tendo ficado mais pequena, teve-se que fazer novamente a publicitação para efeitos de apresentação de observações e sugestões. Tinha-se seguido o processo de concertação com as entidades, tinham tido várias reuniões com as entidades, as quais tinha emitido pareceres favoráveis e favoráveis condicionados, em que foram criados consensos no sentido de resolver as questões que tinham motivado os pareceres desfavoráveis ou favoráveis condicionados. Informou que se tinha contratado uma equipa para fazer a avaliação ambiental estratégica. Depois, a Câmara aprovou a terceira versão da proposta do plano por deliberação de 11 de julho de 2013 em que aprovava aquela proposta de plano, o relatório ambiental e o envio da nova versão para segunda conferência de serviços a efetuar pela CCDR. Mostrou a terceira planta com a nova solução,

explicando que havia zonas em que o perímetro tinha diminuído e havia um sítio que tinha aumentado, onde se tinham voltado a incluir a zona da Sicarze e da Comave, porque os pareceres tinham apontado na defesa que aquela zona passasse a ser incluída. Mencionou que aquela era a proposta que iria à segunda conferência de serviços com pequenos ajustamentos e que iria estar sujeita a apreciação por parte da Assembleia Municipal. Informou que, na segunda conferência de serviços, a proposta não continha só o plano como também o relatório ambiental, o qual iria ser, também, analisado, e ambos tinham tido quase total aceitação, alertando que tinha existido apenas situações pontuais de pareceres favoráveis condicionados. Referiu que se tinha realizado uma reunião a 13 de agosto de 2013, seguindo-se a concertação com duas a três entidades para afinar pormenores. E, tinha-se feito, posteriormente, a quarta versão, a qual tinha sido sujeita a aprovação da Câmara Municipal a 26 de setembro, tal como o relatório ambiental tinha sido aprovado e deliberado na mesma reunião, avançar para o período de discussão pública. Seguiu-se-lhe a publicitação da discussão pública a qual foi publicada no Diário da República a 21 de outubro de 2013. Informou que, durante aquele período, em que o plano tinha estado patente nos serviços da Câmara e no *site*, e embora tenha havido várias consultas, apenas tido merecido uma observação ocorrida após o prazo limite, não tendo sido considerada. Como não houve sugestões, a proposta não foi mexida e, a única coisa que tinha sido feita era a deleção ambiental com o corte de diretivas legais. Seguidamente, a Câmara Municipal aprovou em 13 de dezembro de 2013, a proposta de plano, o relatório ambiental e a declaração ambiental. O passo seguinte era aquele que estava a decorrer no momento, que era a apreciação pela Assembleia Municipal da proposta de plano, do relatório ambiental e da declaração ambiental. Seguidamente explicou, ainda, o motivo do plano ter demorado cerca de dez anos a

ser elaborado. Em sua opinião foram motivo para isso, o facto do quadro-legal da altura, não prever prazos para a CCDR emitir pareceres no âmbito do acompanhamento e naquele período, também, os técnicos e dirigentes, que trabalhavam no ordenamento do território, estavam envolvidos no plano original do ordenamento do território de Lisboa e Vale do Tejo e, nitidamente, a política de CCDR era dar prioridade ao plano regional. Por outro lado, da parte da sua divisão, a disponibilidade era pouca, todos se teriam apercebido que, naquele período a Câmara tinha feito grandes intervenções em espaço público. Outro aspeto complicado foi que até 2009, tinha existido uma instabilidade tremenda legislativa e quando se pensava que tava tudo bem, vinham novas leis e deitavam tudo por terra. Afirmou que, enquanto dirigente não se orgulhava desta realidade, mas que era a realidade geral do país e, especialmente nesta região. Concluindo a sua explanação fez, ainda, a comparação entre o perímetro proposto e existente e explicação da planta de zonamento e do regulamento. -----

O eleito local, Bruno Gomes, no uso da palavra, perguntou ao Eng.º Frias se havia alguma estratégia, algum fundamento por se ter aumentado as áreas, se havia alguma estratégia por trás daquele plano, se era construir mais casas, ou zonas com maior ou menor densidade. -----

O Eng.º Frias, em resposta ao Sr. Bruno Gomes, disse que o perímetro que estava no plano de urbanização tinha índices grandes em todo ele e quase iguais para todo o território. A primeira versão do plano tinha tido índices bastante superiores, mas entretanto tinha vindo a avaliação ambiental estratégica e o planeamento dever-se-ia justificar. Informou que se teve de fazer cálculos à população e chegou-se à conclusão que o plano como estava a ser feito, tinha população que não existia. A partir daí baixou-se consideravelmente a densidade de habitantes por hectare que,

depois se transformava em áreas de construção, áreas de pavimentos por área de terreno. O princípio era que o que estava legal, tinha o direito adquirido, o que era novo, comparando a carga populacional daquele plano com a do PDM era nitidamente, o abaixamento de terra populacional. Havia mais área e menos densidade. Transmitiu que o plano tinha sido feito na fase do *boom* da construção e existiam zonas em que a ampliação não seria justificável. Mas havia aquelas zonas que estavam no perímetro e já estavam edificadas, a título de exemplo, na estrada de onde se saía para Águas Belas, do lado direito a construção estava quase toda contínua, do lado esquerdo, havia zonas com pavilhões agrícolas que lhe tinha parecido interessante ter no plano para requalificar aquela zona. -----

O Presidente de Junta, Eng.º Hugo Azevedo, interveio afirmando que tinha consultado o plano e que o conhecia muito bem, querendo só ressaltar um pormenor que, talvez não fosse pioneiro, mas que talvez fosse um dos poucos planos que, naquele momento estava para aprovação, com tanta estrutura ecológica e com tanta área verde. Aquilo, certamente tinha sido uma luta quer com a equipa que o tinha feito quer com a nossa, adaptar à Vila aqueles espaços verdes, aqueles corredores ecológicos e que eram bem patente na planta. Comunicou que, na sua opinião, se aquela estrutura ecológica fosse seguida à risca, certamente se podia dizer com toda a certeza que a população da Vila de Ferreira de Zêzere iria melhorar muito a sua qualidade de vida. -----

Colocada a votação **a proposta do plano de urbanização de Ferreira do Zêzere foi aprovada por maioria** com treze votos a favor, sendo doze da bancada do Partido Social Democrata e um da bancada do Partido Socialista, zero votos contra e nove abstenções da bancada do Partido Socialista. -----

Ponto 7.- Apreciação dos compromissos plurianuais efetuados ao abrigo da

